

Natália Correa Montagner

**A representação social dos maricultores: uma análise das
instâncias participativas associadas à maricultura no Litoral
Norte do Estado de São Paulo**

Dissertação apresentada ao Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Oceanografia.

Orientador: Prof. Dr. Alexander Turra

São Paulo

2012

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO OCEANOGRÁFICO

**A representação social dos maricultores: uma análise das
instâncias participativas associadas à maricultura no Litoral
Norte do Estado de São Paulo**

Natalia Correa Montagner

Dissertação apresentada ao Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Oceanografia.

Aprovada em ___/___/___ por

Prof. Dr. Alexander Turra

Conceito

Prof. (a) Dr. (a)

Conceito

Prof. (a) Dr. (a)

Conceito

“Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão.”

Paulo Freire

Sumário

Lista de figuras	V
Lista de tabelas	V
Agradecimentos	VI
Resumo	1
Abstract	2
1. Introdução	3
1.1. O Gerenciamento Costeiro Integrado (GCI)	3
1.2. Representação e instâncias participativas	5
1.3. Maricultura: uma breve contextualização	6
1.4. O Litoral Norte do Estado de São Paulo (LNSP), seu povo, a maricultura e sua necessidade de organização	8
2. Objetivos.....	11
3. Métodos	11
3.1. Coleta e análise dos dados	13
3.1.1. <i>Levantamento das instâncias participativas relacionadas à maricultura</i> ...	13
3.1.2. <i>Análise da estrutura organizacional das instâncias participativas</i>	13
3.1.3. <i>Análise da representação nas instâncias participativas</i>	14
4. Resultados	17
4.1 Levantamento das instâncias participativas.....	17
4.1.1 <i>Colônias de Pesca</i>	17
4.1.2 <i>Associações de maricultores</i>	17
4.1.3 <i>Conselhos relacionados à maricultura</i>	17
4.2 Análise da estrutura organizacional das instâncias participativas	18
4.2.1 <i>Associações de maricultores</i>	18
4.2.2 <i>Conselhos de atuação na região que deliberam sobre a atividade de maricultura</i>	21
4.3. Análise do funcionamento das instâncias participativas	24
4.3.1 <i>Acompanhamento das reuniões</i>	24
4.3.1.1. Reunião MAPEC	25
4.3.1.2 Reuniões AMESP	25
4.3.1.3 Reuniões do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Pesqueiro de Ubatuba.....	27
4.3.1.4 Reuniões do Conselho Municipal de Desenvolvimento da Pesca, Agricultura e Abastecimento de São Sebastião	28
4.3.1.5 Reuniões do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e da Pesca de Caraguatatuba	29
4.3.1.6 Reuniões do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Norte (CG-APAMLN) e do Grupo Temático de Pesca (GT-Pesca) da APAMLN	30

4.3.1.7 Reuniões do Gerenciamento Costeiro (GERCO).....	31
4.3.2 <i>A perspectiva dos associados a respeito da representação da associação...</i>	32
4.3.2.1 Perspectiva dos representados	34
4.3.2.2 Perspectiva dos representantes.	42
5. Discussão	50
5.1. As instâncias participativas.	50
5.2. A estrutura organizacional das instâncias participativas.	51
5.3. O funcionamento das instâncias participativas.....	53
6. Considerações finais	56
7. Bibliografia.....	58
8. Anexos.....	64
8.1 Anexo 1: Roteiro de Entrevista com o presidente da MAPEC.....	64
8.2 Anexo 2: Roteiro de Entrevista com o presidente da APE.....	66
8.3 Anexo 3: Roteiro de Entrevista com os Representados.....	68
8.4 Anexo 4: Diário das Entrevistas	69
8.5 Anexo 5: Lista de Membros cedida pela AMESP.....	72
8.6 Anexo 6: Entrevista com o presidente da MAPEC, representante desta associação no CG-APAMLN e representante da Colônia de Pesca Z8 no CM de Caraguatatuba.	75
8.7 Anexo 7: Entrevista com o presidente da APE e membro da AMESP, representante da APE no CM de Ubatuba e da AMESP no CG-APAMLN.	78

Lista de figuras

Figura 1: Litoral Norte do Estado de São Paulo.

Lista de tabelas

Tabela 1: Cronograma das entrevistas.

Tabela 2: Cronograma das reuniões/assembleias observadas, em 2010.

Tabela 3: Instâncias participativas relacionadas à maricultura atuantes no Litoral Norte de São Paulo.

Tabela 4: Atribuições dos Conselhos analisados de interferência na gestão de atividades, com a maricultura.

Tabela 5: Reuniões acompanhadas da AMESP.

Tabela 6: Reuniões acompanhadas do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Pesqueiro de Ubatuba.

Tabela 7: Número de maricultores entrevistados e não encontrados, a partir da lista de membros cedida pela AMESP.

Agradecimentos

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de dois anos de bolsa de estudos. Ao Laboratório de Manejo, Ecologia e Conservação Marinha do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo e toda a sua equipe. E, principalmente, ao Alexander Turra, que me orientou desde os tempos de graduação, mantendo em mim a crença da importância da Ciência em tornar menos duras as relações da humanidade com o meio ambiente e entre seus sujeitos.

Agradeço a todos os maricultores que viabilizaram este trabalho, compartilhando suas histórias, queixas e esperanças.

Agradeço à querida professora June Ferraz Dias pela amizade sincera, em gestos simples, acolhedores e fortalecedores. Seus ensinamentos me acompanharão. Muito obrigada!

Agradeço à minha companheira amada Juliana Delmonte, por me permitir enxergar através de seus olhos a beleza que trago dentro de mim. Obrigada pelo carinho, pelo incentivo e pelas conversas que vão me constituindo.

Agradeço aos inúmeros amigos e amigas que me acompanham, me fazem rir e que vão comemorar mais esta conquista em minha vida.

Resumo

A partir do Gerenciamento Costeiro Integrado como referencial teórico, este trabalho reconhece a necessidade de organização da sociedade civil para sua fundamental participação nos processos de discussão e elaboração de políticas públicas. A maricultura se apresenta como atividade emergente e alternativa às comunidades pesqueiras, no Litoral Norte de São Paulo, porém demanda organização para sua efetiva inserção nos espaços participativos. Para isto, foram identificadas e analisadas as instâncias participativas, relacionadas à maricultura, como associações, colônias e conselhos, existentes nos quatro municípios do Litoral Norte do Estado de São Paulo, Ilhabela, São Sebastião, Caraguatatuba e Ubatuba, com foco no processo de representação social. Foram feitos levantamentos das formas de associativismo e representação e dos conselhos de aquicultura atuantes na região; análises da estrutura organizacional destes conselhos e associações com base em seus estatutos sociais, leis ou decretos de criação e regimentos internos como forma de identificar maiores ou menores graus de institucionalidade e práticas de gestão que influenciem na viabilidade e eficiência da representação; e, análises da representação das associações nos conselhos, a partir da perspectiva de seus membros e da observação das reuniões. Grande sobreposição de funções sobre os poucos maricultores reconhecidos como lideranças pelos demais foi registrada, o que acaba por gerar um ciclo vicioso que mantém a maioria dos membros fora do processo de discussão por acreditarem que outra pessoa, mais bem preparada, irá fazê-lo. A hipótese de que a baixa capacidade de representação está diretamente relacionada à relativa pequena importância da maricultura na vida do associado e do representante foi discutida e respaldada com as observações realizadas. O envolvimento da sociedade civil nos processos participativos, como representantes e representados, mostrou-se dependente da organização e do próprio funcionamento dos espaços participativos (e.g., agenda definida, auxílio transporte e alimentação).

Palavras-chaves: gerenciamento costeiro integrado, maricultura, aquicultura, associativismo, conselhos gestores, representação, participação

Abstract

From the Integrated Coastal Management as a theoretical framework, this paper recognizes the need for civil society organizations for their participation in the fundamental processes of discussion and public policy development. The mariculture activity is presented as emerging alternative to fishing communities on the North Coast of São Paulo, but demand for their effective integration organization in participatory spaces. For this, we identified and analyzed the participatory bodies, related to mariculture, such as associations, councils and settlements, existing in the four municipalities of the North Coast of São Paulo, Ilhabela, São Sebastião, Ubatuba and Caraguatatuba, focusing on the process of social representation. There have been made surveys on the forms of associations, representation and advice from the current aquaculture in the region; analysis of the councils and associations' organizational structure based on their social status, laws or decrees of creation and internal regulations; in order to identify greater or lesser degrees of institutional and management practices that influence the viability and efficiency of the representation analysis of representation on the boards of associations, from the perspective of its members and observation of meetings. Large overlapping functions on the few shellfishermen recognized as leaders by others was registered, which ultimately generates a vicious cycle that keeps most members out of the discussion process for believing that another person, better prepared, will do it. The hypothesis that the low capacity of representation is directly related to the relative importance of small mariculture in the life of the member's representative was discussed and supported with the observations. The involvement of civil society in participatory processes, as representatives and represented, has been shown dependent on the organization and proper functioning of participatory spaces (eg, set agenda, transportation and food aid).

Keywords: integrated coastal management, mariculture, aquaculture, associations, management councils, representation, participation.

1. Introdução

De acordo com Morin (2007), durante muito tempo, muitos acreditaram, e talvez ainda acreditem, que o erro das ciências humanas e sociais era o de não poder se livrar da complexidade aparente dos fenômenos humanos para se elevar à dignidade das ciências naturais que faziam leis simples, princípios simples. Atualmente, percebe-se que existe uma crise da explicação simples nas ciências biológicas e físicas. Desde então, o que parecia ser resíduo não científico das ciências humanas – a incerteza, a desordem, a contradição, a pluralidade, a complicação etc., – faz parte de uma problemática geral do conhecimento científico (Morin, 2007).

Dialogando com Morin (2007), o Gerenciamento Costeiro Integrado associa questões sociais e ambientais para a gestão do ambiente costeiro e prevê a importância da tomada de decisão da base para o topo, ou seja, reconhece a necessidade de organização da sociedade civil para sua fundamental participação nos processos de discussão e elaboração de políticas públicas (Polette & Silva, 2003; Marroni & Amus, 2005).

1.1. O Gerenciamento Costeiro Integrado (GCI)

O conceito de Gerenciamento Costeiro Integrado (GCI) surge em defesa do uso racional e sustentável para o desenvolvimento e proteção de áreas e recursos marinhos e costeiros (Cicin-Sain & Knecht, 1998), entendendo a necessidade de constante retroalimentação e revisão, sendo, assim, adaptativo às experiências locais, para melhorar a prática de gestão (Cicin-Sain & Knecht, 1998; Polette & Silva, 2003; Marroni & Asmus, 2005). O GCI propõe, também, superar a fragmentação de abordagem setorial que domina a esfera tradicional de planejamento e gestão, tanto em relação aos usos (pesca, turismo, maricultura, etc.), quanto em relação às esferas governamentais (Voivodc, 2007).

A partir dos anos 70, o conceito de Gerenciamento Costeiro Integrado (GCI) começou a emergir estimulado por discussões mundiais a respeito da sustentabilidade do planeta como a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, em 1972, em Estocolmo, e a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, no Rio de Janeiro (Cicin-Sain & Knecht, 1998).

O GCI incluiu definitivamente a dimensão social nas questões ambientais e tomou como princípio a efetiva participação de todos os atores no processo de

discussão, elaboração e implementação de políticas públicas (GESAMP, 1996; Cicin-Sain & Knecht, 1998; Olsen *et al.*, 1999; Polette & Silva, 2003).

O termo “políticas públicas” foi utilizado pela primeira vez em 1936, por Laswell, desde então foram feitas várias definições para o termo, o que, longe de demonstrar falta de coerência teórica e metodológica, demonstra a amplitude das diferentes abordagens (Souza, 2006). As definições de políticas públicas assumem uma visão holística, uma perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes e de que indivíduos, instituições, interações, ideologias e interesses contam, mesmo que existam diferenças sobre a importância relativa desses fatores (Souza, 2006).

Iniciativas do governo brasileiro incorporaram inovações conceituais e disciplinaram o uso dos recursos naturais a partir do conceito de democracia ambiental, considerando o fortalecimento social como indissociável dos processos participativos (Rodrigues, 2003). Dentre estas iniciativas, foram elaboradas políticas públicas que incidem direta ou indiretamente sobre a região costeira como: Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981 – Política Nacional do Meio Ambiente; Lei 7.661, de 16 de maio de 1988 – Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro; Lei 9.433, de 8 de janeiro de 1997 – Política Nacional de Recursos Hídricos.

O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro I (PNGC-I), revisado no PNGC-II, prevê o zoneamento dos usos e atividades na zona costeira e tem como prioridade a conservação e proteção dos recursos naturais e dos monumentos constituintes do patrimônio natural, histórico, paleontológico, espeleológico, arqueológico, paisagístico, étnico e cultural (Brasil, 1998).

Este reconhecimento da importância dos fatores sociais e culturais no PNGC II reflete uma tendência internacional já defendida pelo GCI. Apesar de, até recentemente, ter havido uma segregação do saber tradicional, que inclui sistemas de manejo dos recursos naturais, e do saber científico-moderno, que desconhecia e desprezava o conhecimento tradicionalmente acumulado (Diegues, 2008), esta visão integrada e holística vem ganhando espaço na pesquisa oceanográfica (IOC, 1994) e sócio-antropológica (Diegues, 2001), configurando-se como uma abordagem estratégica para a gestão dos problemas da região costeira, reconhecida por órgãos internacionais (FAO, 1991; OECD, 1991; IPCC, 1992; IUCN, 1993; IOC, 1994; World Bank, 1993; WCC, 1994; UNEP, 1995a).

A Constituição Federal brasileira, de 1988, reconheceu a necessidade da participação social nas políticas públicas governamentais, prevendo a criação de diferentes espaços de articulação e participação social. Para tal, espera-se que a sociedade civil esteja organizada e representada nestes espaços.

1.2. Representação e instâncias participativas

A sociedade civil pode ser representada por uma grande variedade de organizações como as de classe, os sindicatos, as ONGs e as de moradores de bairros (Dagnino, 2004; Avritzer, 1994; Doimo, 1995). Porém há o problema da legitimidade e da representatividade destas organizações civis (Arato, 2002; Houtzager *et al.*, 2004; Gurza-Lavalle *et al.*, 2005a, b, 2006a, b) que reside basicamente na falta de mecanismos de controle e no conflito de interesses entre representantes e representados (Gurza-Lavalle *et al.*, 2006a). Como contraponto a este panorama, o Código Civil Brasileiro passou por uma atualização recente (Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002) considerando uma concepção democrática e representativa do funcionamento das associações da sociedade civil para resguardar a sua legitimidade.

De acordo com Jacobi (2003), os desafios para ampliar a participação da população estão intrinsecamente vinculados à predisposição dos governos locais para criar espaços públicos de articulação e participação de setores da sociedade civil na discussão e formulação das políticas públicas. Porém, em grande parte, esses espaços se defrontam com situações onde o que se espera deles é muito mais assumir funções e responsabilidades restritas à implementação e execução de políticas públicas, provendo serviços antes considerados como deveres do Estado, do que compartilhar o poder de decisão quanto à formulação dessas políticas (Dagnino, 2004).

Esse direcionamento pragmático, simplista e que tende a ações essencialmente administrativas contrapõe-se ao que realmente se espera dos Conselhos Gestores de Políticas Públicas, os quais devem ser espaços públicos onde o poder do Estado pode ser compartilhado com a sociedade (Dagnino, 2004).

A possibilidade de ação conjunta entre o Estado e a sociedade civil deve ser entendida em um contexto onde o princípio da participação da sociedade se tornou central no processo de consolidação e ampliação da democracia. Esse processo, que se iniciou nos anos 80, a favor da expansão da cidadania e do aprofundamento da democracia, surgiu da luta da sociedade civil contra o regime militar e teve como marco formal a Constituição de 1988, que consagrou o princípio da participação da sociedade

civil, conquistando, entre outros, eleições livres, reorganização partidária e o estabelecimento de Conselhos Gestores de Políticas Públicas nos níveis municipal, estadual e federal (Dagnino, 2004).

Os Conselhos Gestores de Políticas Públicas são espaços importantes para a articulação entre sociedade e Estado. Potencialmente, garantem a discussão do que seja efetivamente de interesse público, a transparência das decisões e o controle de recursos públicos (Tonella, 2006). É através da representação nesses conselhos que os grupos de interesse se fazem presentes e podem dialogar. As disputas e conflitos são inerentes a esses espaços de participação. No interior dessas instâncias há a necessidade de reconhecimento da existência de desigualdades entre os participantes, que são detentores, cada qual, de recursos diferenciados como base de sua inserção no processo, o que possibilita relações de poder específicas, no interior destes espaços, capazes de determinar a condução das deliberações (Vaz, 2011). Esses recursos podem ser a capacidade comunicativa dos participantes e o conhecimento técnico para compreensão de determinados objetos de debates, com fins de uma tomada de decisão consciente e baseada na defesa dos interesses da sociedade civil (Vaz, 2011).

Entender, dentro de um contexto do GCI, a motivação e a ação relacionada à participação e à representação social de um dado grupo de interesse, ou seja, uma visão setorial, fornece elementos para se entender como fortalecer os processos participativos. A maricultura se apresenta como grupo de interesse importante na costa do Estado de São Paulo como atividade econômica emergente, socialmente vinculada à cultura local, ambientalmente sustentável, porém, potencialmente conflitante, já que praticada em áreas públicas, nas águas da União (Montagner, 2009).

1.3. Maricultura: uma breve contextualização

“Maricultura” é o termo utilizado para designar qualquer cultivo de organismos marinhos, e está inserido dentro do universo da “aquicultura”, que vem a ser qualquer cultivo de organismos aquáticos, marinhos ou não.

No Brasil, a partir da década de 70 começaram os experimentos de cultivo de camarão de água doce, ostras e moluscos por pequenos produtores. Além da grande disponibilidade de áreas propícias, o Brasil também dispõe de condições oceanográficas ideais (temperatura da água, salinidade, etc.) para os cultivos. A taxa de crescimento do mexilhão, por exemplo, é muito superior a outros países, atingindo seu tamanho comercial em apenas oito meses (Diegues, 2006). Para o Estado de São Paulo,

atualmente, a maricultura restringe-se ao cultivo de moluscos, sendo o mexilhão e a ostra os principais componentes, aparecendo a vieira apenas como cultivo experimental (IBAMA, 2005).

A pesca artesanal vem sendo empobrecida pela redução dos estoques pesqueiros devido, principalmente, à poluição e à pesca predatória. Como substituta ou alternativa dessa atividade, a maricultura está ajudando a aumentar a oferta de empregos e renda, principalmente entre os pescadores, além de preservar o contato dessas populações com o mar e assim com sua cultura (SMA/CPLEA, 2005).

Considerando o potencial de crescimento e a necessidade de gerenciamento da atividade, a SEAP, Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República, agora Ministério da Pesca e Aqüicultura (MPA), promoveu a elaboração dos Planos Locais de Desenvolvimento da Maricultura (PLDMs), que foram definidos como instrumentos de planejamento participativo para identificação e delimitação dos parques aquícolas marinhos bem como das áreas de preferência para comunidades tradicionais, objetivando o desenvolvimento sustentável da maricultura em águas de domínio da União (Instrução Normativa nº 17, de 22/09/05).

Assim, o PLDM foi visto como uma ferramenta importante para a gestão costeira e para o futuro da atividade. Porém, um levantamento recente revelou que a participação dos maricultores nesta política não foi muito grande e que de certa forma os produtores não se apropriaram do processo e de seus resultados (Montagner, 2009). Além disso, o PLDM, atualmente, está parado e a razão para isto é desconhecida para a maricultura local.

A maricultura no Estado de São Paulo é uma atividade recente, emergente, fomentada pelo Estado, alternativa à pesca, dependente de um ambiente marinho com alta qualidade e conflitante com outras atividades (Montagner, 2009). Para promover a discussão destas questões e possibilitar a tomada de decisão é necessária a organização de instâncias participativas que envolvam os atores sociais da região. Como a participação social pode se dar em vários níveis, uma questão básica é saber quais as instâncias participativas existentes e se estas realmente funcionam e cumprem seu papel.

Os Conselhos Municipais e Estaduais que contemplam as questões de aqüicultura representam um instrumento recente para a participação e encaminhamento das propostas dos produtores (Cardoso, 2001). De fato, o artigo 10º da lei nº 11.165, de 27 de junho de 2002 que instituiu o Código de Pesca e Aqüicultura do Estado de São Paulo, prevê que compete ao Poder Público, entre outros: propor a criação do Conselho

Estadual de Pesca e Aqüicultura Sustentável - CONEPAS e o Fundo de Desenvolvimento da Pesca e Aqüicultura - FUDEPA; propor a criação dos Conselhos Regionais de Pesca e Aqüicultura; e coordenar os trabalhos do Conselho Estadual de Pesca e Aqüicultura Sustentável – CONEPAS. Além disso, o Código de Pesca e Aqüicultura do Estado de São Paulo considera que “pescadores e aqüicultores deverão participar do processo de formulação, execução e replanejamento de políticas com o fim de facilitar a aplicação deste Código”.

As Colônias de Pesca foram criadas, no início do século XX, como um instrumento de controle e dominação política dos pescadores artesanais pela Marinha de Guerra sob a pretensão de defesa da costa brasileira (Moraes, 2001). Apenas a partir da Constituição Federal de 1988 os pescadores artesanais conquistaram, através do artigo 8º, direitos sociais e políticos, quando as Colônias de Pesca foram equiparadas aos sindicatos de trabalhadores rurais (Moraes, 2001). Atualmente, as Colônias de Pesca são associações da sociedade civil sem fins lucrativos, subordinadas à Federação dos Pescadores do Estado de São Paulo e à Confederação Nacional dos Pescadores e possuem a função de orientar a retirada de documentos e as questões legais sobre pesca, além de aglutinar as necessidades e reivindicações da categoria (Fagundes *et al.* 2004).

Nesse sentido, as principais instâncias participativas relacionadas à maricultura seriam os conselhos municipais de aqüicultura (e pesca), as associações de pescadores/maricultores e, possivelmente, as colônias de pesca. Essas instâncias coexistem e, de certa forma se complementam. Entretanto, a forma como a participação se dá pode gerar conflitos na representação legal dos maricultores e interferir diretamente em questões como financiamento e parcerias, podendo levar ao enfraquecimento do setor como um todo (Cardoso, 2001). Sendo assim, o entendimento da atuação desses entes no processo de discussão, proposição e controle de políticas públicas torna-se essencial para a criação de mecanismos de capacitação, fortalecimento e monitoramento visando seus interesses e alinhamentos com as questões ambientais que os permeiam.

1.4. O Litoral Norte do Estado de São Paulo (LNSP), seu povo, a maricultura e sua necessidade de organização

O Litoral Norte de São Paulo (Fig. 1) compreende os municípios de Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião e Ilhabela e caracteriza-se por uma estreita faixa situada entre a Serra do Mar e o Oceano Atlântico com um total de 1.977 km², dos quais apenas

19,25% são passíveis de ocupação, dado que o restante é protegido por Unidades de Conservação (São Paulo, 2005). O relevo da região é intensamente influenciado pela Serra do Mar, com montanhas, ilhas e terrenos escarpados que avançam até o mar, dando origem a áreas extremamente acidentadas e de difícil acesso, sendo que a maior ocupação populacional se dá em baixadas litorâneas descontínuas e de pequenas dimensões (IPT, 2000; São Paulo, 2005). Este recorte de costa proporciona ao Litoral Norte de São Paulo baías abrigadas ideais para o cultivo de organismos marinhos e a intensa atividade turística da região, ainda que sazonal, oferece viabilidade de mercado para a comercialização desses produtos.



Figura 1: Litoral Norte do Estado de São Paulo.

Nesta região há muitas casas de veraneio, cujos ocupantes sazonais fazem inflar demograficamente as cidades no verão, além de uma crescente população residente devido à intensa ampliação urbana nos últimos 10 anos. Há, ainda, nesta região, uma população tradicional denominada “Caiçara”, que originalmente possuía um modo de vida baseado na pequena produção de mercadorias, oriundas da agricultura e da pesca, e em elementos culturais particulares (Diegues, 2004).

A partir do final do século XIX, e principalmente em meados do século XX, fatores como urbanização da zona costeira, expansão da atividade de turismo (Afonso, 1999), construção da BR 101 (Diegues, 2004), criação de parques e reservas (Diegues, 2008) e origem e evolução da indústria pesqueira (Diegues, 1999) vêm contribuindo para a descaracterização da cultura Caiçara.

O fomento e o subsídio à maricultura podem ser vistos como instrumentos de gestão, possibilitando uma alternativa de emprego e renda e a manutenção do vínculo das populações tradicionais com o mar e, conseqüentemente, com sua cultura (Pereira *et al.*, 2000). De fato, em Montagner (2009), a grande maioria dos maricultores se identificaram como Caiçaras, justificando não só pelo nascimento nessas terras, mas também por tempo de moradia na região, para os não nascidos, costumes, relação com o mar e com a pesca e qualidade de vida. Neste contexto, segundo Diegues (2008), o reconhecer-se como pertencente a um grupo social particular é muito importante para culturas e populações tradicionais e este auto-reconhecimento é, nos dias de hoje, oriundo de uma identidade construída e reconstruída, devido a processos de contatos cada vez mais conflituosos com a sociedade urbano-industrial e seus neomitos.

Considerando a maricultura e outras atividades realizadas nesta região (pesca, habitação, transporte, agricultura, comércio, lazer, turismo, dentre outros) torna-se previsível que o uso do litoral, muitas vezes por grupos distintos com atividades possivelmente conflitantes, resulte em disputas (Montagner, 2009).

Neste contexto, especial atenção deve ser dada à análise da participação social relacionada à maricultura no LNSP, uma vez que esta atividade tem particularidades que necessitam ser consideradas na tomada de decisão sobre os usos a serem dados nesta região. Considerando a importância da maricultura para a região, o próprio arquivamento do PLDM demonstra a necessidade de se entender melhor a articulação dos maricultores em busca de melhorias para o setor.

Dentro desta linha, este projeto dá continuidade a uma série de estudos que buscam, utilizando o Litoral Norte de São Paulo como estudo de caso, a conciliação da pesquisa oceanográfica com uma abordagem direcionada para as ciências humanas, considerando o ser humano como uma parte fundamental para o entendimento dos processos que ocorrem nesses ambientes. Dentre as abordagens realizadas destacam-se aquelas focadas no entendimento do papel das ONGs (Souza, 2007), associações de moradores de bairro (Oliveira, 2007; Bosa, 2009) e dos conselhos ambientais participativos (Ykuta, 2009) desta região, bem como a identificação de usos e conflitos que permeiam suas praias (Freitas, 2007; Montagner, 2009). Assim, a análise dos conselhos, colônias e associações relacionados à maricultura permitirá consolidar uma avaliação ampla e comparativa da participação social na região, item considerado prioritário para ao processo de construção da Agenda 21 local (Pincinato, 2007).

2. Objetivos

Este estudo teve como objetivo identificar e analisar as instâncias participativas (associações, colônias e conselhos), relacionados à maricultura, existentes no Litoral Norte do Estado de São Paulo, sob o viés da representação. Para isso, foi testada a hipótese de que a representação está diretamente relacionada à importância da maricultura na vida do associado e do representante. Especificamente, realizou-se:

1. O levantamento das instâncias participativas relacionadas à maricultura no Litoral Norte do Estado de São Paulo e, também, dos conselhos de aquicultura atuantes na região;
2. A análise da estrutura organizacional dos conselhos e associações identificados com base em seus estatutos sociais, leis ou decretos de criação e regimentos internos como forma de identificar maiores ou menores graus de institucionalidade e práticas de gestão que influenciem na viabilidade e eficiência da participação e da representação;
3. A análise da representação das associações nos conselhos, a partir da perspectiva de seus membros e da observação das reuniões, buscando qualifica-la e discuti-la quanto aos fatores que a prejudicam ou potencializam, com ênfase na caracterização da importância que a atividade tem para o maricultor.

3. Métodos

As pesquisas não convencionais, ou seja, aquelas que adotam metodologias alternativas partem da realidade social na sua complexidade, na sua totalidade quantitativa e qualitativa e depois constroem métodos adequados para captá-la e transformá-la (Demo, 1989). Dentro desse contexto, destaca-se a pesquisa fenomenológica, que visa compreender o que se mostra através de um processo de compreensão, interpretação e nova compreensão, privilegiando o estudo teórico e análise de documentos e textos. A validação da prova científica é buscada no processo lógico da interpretação e na capacidade de reflexão do pesquisador sobre o objeto de estudo (Demo, 1989). Outro método alternativo na pesquisa não convencional, segundo o mesmo autor, é o crítico-dialético, que privilegia experiências, práticas, processos históricos e análises contextualizadas que pretendem desvendar o conflito de interesse.

De acordo com Martins (1994), as técnicas envolvidas nesses dois métodos citados incluem o estudo de caso e a entrevista. Segundo Boni & Quaresma (2005), a

entrevista como coleta de dados sobre um determinado tema científico é a técnica mais utilizada no processo de trabalho de campo e é através dela que os pesquisadores buscam obter informações objetivas e/ou subjetivas. O mesmo autor afirma que dados subjetivos só poderão ser obtidos através da entrevista, pois eles se relacionam com os valores, as atitudes e as opiniões dos sujeitos entrevistados.

As entrevistas semi-estruturadas são aquelas que combinam em um mesmo questionário, perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto com base em um conjunto de questões previamente definidas, mas em um contexto semelhante ao de uma conversa informal (Boni & Quaresma, 2005). Os mesmos autores destacam que uma das vantagens seria a elasticidade quanto à duração da entrevista, a qual possibilita uma cobertura mais profunda sobre o assunto de maior interesse, ou mesmo, possibilita ao entrevistador tocar em assuntos mais complexos e delicados favorecendo uma troca mais efetiva entre as duas partes.

Segundo Mattar (1994), nas aplicações de questões abertas em um questionário, o respondente fica livre para responder com as suas próprias palavras, sem se limitar a escolha entre um rol de alternativas, além de ter a vantagem de estimular a cooperação do entrevistado em responder a pesquisa, bem como proporcionar comentários, explicações e esclarecimentos significativos. Complementarmente, a vivência do pesquisador com a realidade que deseja estudar pode somar a essas técnicas, de forma a permitir um entendimento mais completo e complexo do sistema sob análise.

O método adotado para essa pesquisa foi baseado na análise fenomenológica, a qual será aplicada na obtenção de informações a partir de documentos das instancias participativas diagnosticadas, tanto na primeira etapa do projeto para identificá-los através dos estatutos, leis de criação e regimentos internos, quanto na segunda e terceira etapa na qual servirá para a análise das atas e memórias das reuniões realizadas. Também será utilizado o método crítico-dialético por meio da aplicação de entrevistas semi-estruturadas com questões abertas e fechadas, complementado pela pesquisa participante. Os procedimentos de pesquisa, coleta e análise dos dados estão descritos a seguir:

3.1. Coleta e análise dos dados

3.1.1. Levantamento das instâncias participativas relacionadas à maricultura

A primeira atividade relacionada a este projeto compreendeu o levantamento e o cadastramento das Colônias de Pesca. Para isso foram realizadas visitas aos quatro municípios do Litoral Norte (Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião e Ilhabela), com destino aos endereços coletados no site do Instituto de Pesca do Estado de São Paulo (<http://www.pesca.sp.gov.br/links.php>, visitado em março de 2010).

Para as associações de maricultores, este levantamento inicial foi feito através de visitas às fazendas marinhas conhecidas, seguida por consulta sobre a existência de associações locais e posterior questionamento sobre a existência de outras associações no município. Neste primeiro contato foi (1) explicado o projeto, (2) solicitada a participação e (3) questionado que outras entidades o representante conhecia (incluindo contatos), para cada instância participativa. Este procedimento, denominado “bola de neve”, foi realizado para cada nova entidade identificada até que nenhuma nova associação seja mencionada.

Abordagem semelhante foi feita para os conselhos de aqüicultura, com levantamento da legislação pertinente e de seus documentos legais, como regimento interno e documentos legais de criação/nomeação de membros.

Também foram questionados os representantes das Secretarias municipais relacionadas à maricultura a respeito de conhecimento de mais alguma instância diferente das obtidas neste levantamento.

3.1.2. Análise da estrutura organizacional das instâncias participativas

A análise da estrutura organizacional das associações de maricultores foi feita com base em seus estatutos sociais. Neles foram analisados as formas de organização das assembleias visando identificar elementos relacionados à representação das associações, uma vez que a troca de informações com os Conselhos locais de deliberação sobre a atividade chega aos associados por meio de assembleias. Ainda com este intuito, foram analisadas menções dessas formas de representação presentes ou não no estatuto.

De forma similar, a estrutura organizacional dos conselhos relacionados à aqüicultura foi analisada com base nos seus regimentos internos, bem como nas leis ou decretos de nomeação das instâncias participantes. Dados sobre a natureza (deliberativo

ou consultivo), atribuições, número e caracterização dos membros dos diferentes segmentos da sociedade, paridade e ainda sobre o funcionamento das plenárias, como *quorum* mínimo de instalação, antecedência mínima para convocação, *quorum* mínimo de deliberação e como se dão as votações foram levantados para os conselhos. Para as colônias algumas adaptações foram necessárias em função de suas características específicas. Esta análise teve como objetivo identificar maiores ou menores graus de institucionalidade que viabilizem melhores ou piores condições de representação e participação do setor.

3.1.3. Análise da representação nas instâncias participativas

A análise do funcionamento foi feita com base nas atas das reuniões dos conselhos e das assembléias das associações, em entrevistas dirigidas aos seus representantes legais (anexos 1 e 2) e membros associados (anexo 3) e em um processo de pesquisa participante, com a presença constante nas reuniões/assembléias dessas instâncias/entidades. As atas foram analisadas considerando, a princípio, os seguintes critérios: periodicidade de registro, registro do número de participantes presentes, locais onde ocorrem as assembléias e/ou reuniões, descrição da inter-relação entre associações/colônias com os conselhos.

As informações obtidas nas entrevistas foram tabuladas e analisadas. Nesse sentido, a análise permitiu apontar, através da perspectiva dos maricultores, representados e representantes, práticas de gestão participativa e, com isso, evidenciar quais lacunas devem ser preenchidas para permitir melhor representação por parte das associações analisadas. Na tabela 1 podemos acompanhar o cronograma das entrevistas, que acompanham um diário da coleta com anotações das entrevistas (anexo 4).

Tabela 1: Cronograma das entrevistas.

Praia	Maricultor	Data
Almada	Edson L. dos Santos	11/12/2010
	Emerson F. de Souza	
Ubatumirim	João dos Santos	
Barra Seca	E. Higino de Oliveira	
Enseada	Peter Santos Nemeth	12/12/2010
	Nelson de Goés	
	Paulo Luiz de Jusus	
Lázaro	Fabio A. F. de Oliveira	
Fortaleza	Helder J. G. Marques	
Cocanha	Emerson R. França	13/12/2010
	Edemilson Ranulpho	
	Edgar França	
	José L. Alves	
	José R. Carlota	
	José S. Osera	
	Tirso da R. Neves	
Bonete	Lucelino A. dos Santos	15/12/2010
Boiçucanga	Hilton Romano	16/12/2010
	José de S. G. Jr.	
Almada	Renato M. de Souza	17/12/2010
Pulso	Maria G. do Prado	18/12/2010

Foram acompanhadas várias assembleias das associações e plenárias dos conselhos analisados, cujo cronograma de observação se encontra na tabela 2.

Tabela 2: Cronograma das reuniões/assembleias observadas, 2010. Legenda: AMESP – Associação dos Maricultores do Estado de São Paulo; MAPEC – Associação dos Pescadores e Maricultores da Praia da Cocanha; CM – Conselho Municipal relacionado à maricultura; CG – Conselho Gestor; GT – Grupo Temático; APAMLN – Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Norte; GERCO – Gerenciamento Costeiro.

Mês	Dia	Reuniões
Março	1	AMESP
Abril	5	AMESP
	27	CM-Caraguatatuba
	29	CM-Ubatuba
Maio	3	AMESP
	5	MAPEC
	12	CG-APAMLN
	25	CM-Caraguatatuba
	28	CM-Ubatuba
Junho	7	AMESP
	29	CM-Caraguatatuba
Julho	14	CG-APAMLN
	14	GT-Pesca APAMLN
	27	CM-Caraguatatuba
	29	CM-Ubatuba
Agosto	2	AMESP
	25	CG-APAMLN
	25	GT-Pesca APAMLN
	26	CM-Ubatuba
	31	CM-Caraguatatuba
Setembro	28	CM-Caraguatatuba
	30	CM-Ubatuba
Outubro	4	AMESP
	5	GT-Pesca APAMLN
	8	CM-São Sebastião
	13	CG-APAMLN
	14	GERCO
	25	CM-São Sebastião
	26	CM-Caraguatatuba
Novembro	8	AMESP
	25	CM-Ubatuba
	30	CM-Caraguatatuba
Dezembro	6	GT-Pesca APAMLN
	9	GERCO

4. Resultados

4.1 Levantamento das instâncias participativas.

4.1.1 Colônias de Pesca

Foram identificadas Colônias de Pescadores nos quatro municípios: em Ubatuba (Z10 “Ministro Fernando Costa”), em Caraguatatuba (Z8 “Benjamin Constant”), em São Sebastião (Z14 “Almirante Tamandaré”) e em Ilhabela (Z6 “Senador Vergueiro”). Ao contrário das demais, não foi possível contato com a Colônia de Pesca Z6, nem por telefone/e-mail e nem pessoalmente. Sendo assim, este projeto não pode afirmar se tal Colônia está ativa ou não e a exclui das análises aqui propostas já que não foi obtido nem o estatuto e nem conversa com um representante.

Analisando os estatutos e em conversa com membros da diretoria das três Colônias analisadas, foi esclarecido que estas instâncias não possuem interferência nas atividades de maricultura e não cadastram maricultores. Essa confusão estaria relacionada ao fato da maioria dos maricultores serem também pescadores, o que faz com que estes indivíduos sejam associados às Colônias. Sendo assim, entendemos desnecessárias as demais análises aqui propostas, para as Colônias, tendo em vista os objetivos do projeto.

4.1.2 Associações de maricultores

Em Ubatuba, foram identificadas a AMAPICIN – “Associação dos Maricultores de Pincinguaba” e a APE – “Associação dos Pescadores da Enseada”. Em Caraguatatuba, identificamos a MAPEC – “Associação dos Pescadores e Maricultores da Praia da Cocanha. Não foram identificadas associações locais de maricultores em São Sebastião e Ilhabela. Outra associação em atividade na região do Litoral Norte é a AMESP – “Associação dos Maricultores do Estado de São Paulo”, de abrangência estadual.

4.1.3 Conselhos relacionados à maricultura

Para cada município foi identificado o conselho municipal (CM) que abrange a atividade da maricultura, sendo eles: em Ubatuba, o “Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Pesqueiro”; em Caraguatatuba, o “Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e da Pesca” e em São Sebastião, o “Conselho Municipal de

Desenvolvimento da Pesca, Agricultura e Abastecimento”. A Prefeitura de Ilhabela não havia definido o seu Conselho Municipal de Pesca até setembro de 2010.

Além dos conselhos municipais foi identificado o “Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Norte” (CG – APAMLN), assim como seu, o “Grupo Temático de Pesca” (GT-Pesca).

Os conselhos citados acima possuíam maricultores como representantes de suas associações nomeados oficialmente como membros. Em outubro de 2010, mais dois fóruns participativos foram mencionados pelos maricultores, porém, nenhuma das associações possuía cadeira oficial nessas instâncias. São elas: o “Território da Pesca e Aqüicultura” (TPA), de gestão federal (MPA – Ministério da Pesca e Aqüicultura) e o “Grupo Setorial do Litoral Norte do Gerenciamento Costeiro” (GERCO), também de gestão federal (MMA – Ministério do Meio Ambiente), mas com supervisão estadual vinculada à Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA/SP).

A tabela 3, abaixo, relaciona as instâncias participativas relacionadas à maricultura e suas abrangências de atuações territoriais.

Tabela 3: Instâncias participativas relacionadas à maricultura atuantes no Litoral Norte de São Paulo. Legenda: APE – Associação dos Pescadores da Enseada; AMAPICIN – Associação dos Maricultores de Picinguaba; MAPEC – Associação dos Pescadores e Maricultores da Praia da Cocanha; AMESP – Associação dos Maricultores do Estado de São Paulo; CM – Conselho Municipal relacionado à maricultura; CG – Conselho Gestor; Grupo Temático; APAMLN – Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Norte; MPA – Ministério da Pesca e aquicultura; MMA/SMA/SP – Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

	Ubatuba	Caraguatatuba	São Sebastião	Ilhabela
Associações de Maricultores	APE	MAPEC	Inexistente	
	AMAPICIN			
	AMESP			
Conselhos relacionados à maricultura	CM	CM	CM	CM inativo
	CG e GT-Pesca da APAMLN			
	Território da Pesca – MPA			
	Gerenciamento Costeiro – MMA/SMA/SP			

4.2 Análise da estrutura organizacional das instâncias participativas.

4.2.1 Associações de maricultores

Ao analisar os objetivos das associações, contidos nos seus respectivos estatutos, foi verificada a menção direta da atividade de maricultura no artigo 1º do estatuto da AMAPICIN: *"Promover o desenvolvimento da maricultura como atividade produtiva e geradora de renda e ocupação na comunidade"*; e no artigo 3º da AMESP:

"Desenvolvimento da maricultura em interface com o aproveitamento do espaço oceânico; o aumento da oferta de alimentos protéicos e Segurança Alimentar, a geração de alternativas para novos empregos e renda e cooperação com o Poder Público e demais órgãos congêneres, nacionais e internacionais".

A APE refere-se aos interesses de comunidades tradicionais Caiçaras, como visto no artigo 2º, item 8: *"Promover projetos e ações que visem a proteção da identidade física e cultural das comunidades tradicionais locais, notadamente daquelas denominadas Caiçaras"*. Ainda no mesmo artigo, porém no item 16, a maricultura é apresentada como possível atividade realizada pela associação: *"Distribuir e vender produtos, serviços e materiais produzidos por si ou por terceiros, em especial resultantes da coleta seletiva de lixo reciclável, ecoturismo, pesca artesanal, aquicultura, artesanato tradicional e correlatos"*.

Por sua vez, a MAPEC faz menção indireta à atividade de maricultura no artigo 3º, entendendo esta como sendo uma das atividades econômicas, sociais e/ou culturais realizadas por seus associados: *"A associação terá como objetivo a prestação de serviços que possa contribuir para o fomento e racionalização das atividades pesqueiras e a defesa das atividades econômicas, sociais e culturais de seus associados"*.

Todas as associações analisadas possuem Assembléia Geral, Diretoria, ou Conselho Diretor, este último no caso da APE, e Conselho Fiscal. A APE, além dos órgãos já citados, possui também Conselho dos Mestres, portanto valorizando o conhecimento acumulado pela comunidade. A Assembléia Geral ganha destaque ao ser considerada, por todas as associações, como sendo o órgão soberano.

As Assembléias Gerais ocorrem ordinariamente uma vez por ano para a maioria das associações, com exceção da AMAPICIN, que se reúne ordinariamente duas vezes por ano. Já, extraordinariamente todas as associações podem compor Assembléias Gerais sempre que julgarem necessário.

Para a AMAPICIN a convocação da Assembléia será feita pela Diretoria, ou pelo Conselho Fiscal, ou ainda por requerimento de dois terços dos associados através de edital fixado na sede da instituição, com prazo mínimo de sete dias. A respeito do quorum de instalação da Assembleia diz que para a primeira convocação se faz necessária maioria dos associados e, em segunda convocação, no mínimo um terço dos associados. Não é mencionado, porém, o tempo decorrente entre tais convocações, tão pouco a quantidade de votos necessários às deliberações.

No caso da APE, a convocação da Assembléia será feita pelo Presidente da Diretoria, sendo garantido a um quinto dos associados o direito de promovê-la, por meio de edital afixado na sede da associação, por carta enviada aos associados ou por qualquer outro meio eficaz, com antecedência mínima de sete dias. A primeira convocação deverá possuir maioria absoluta dos associados presentes e a segunda, meia hora depois, poderá ser feita seja qual for o número de associados presentes, sendo as deliberações aprovadas pela maioria simples dos votos dos associados presentes.

A MAPEC convoca a Assembléia através de seu Presidente. Por motivos graves ou urgentes e na falta ou ausência do mesmo a Assembléia poderá ser convocada pelos demais membros da Diretoria, do Conselho Fiscal ou ainda por um quinto dos associados. A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de 30 dias, afixando-se os editais de convocação em locais visíveis frequentados pelos associados. Não havendo quorum, nova convocação será feita com antecedência mínima de 10 dias, e se ainda assim não houver quorum será admitida a intenção de dissolver a associação. O quorum de instalação da Assembléia será de dois terços dos associados em primeira convocação e qualquer número de associados em segunda convocação. Em relação às deliberações, a MAPEC faz diferenciações entre a Assembléia Ordinária, que necessita da maioria de votos dos associados presentes, e a Assembléia Extraordinária, que exige dois terços dos votos dos associados presentes.

Para a AMESP, a Assembleia será convocada, e presidida, pelo Presidente por meio de cartas-circulares e todos os meios disponíveis enviados aos associados efetivos, com antecedência mínima de quinze dias. Não faz menção sobre o quorum necessário para a instalação da Assembléia. As deliberações necessitam de maioria simples de aprovações, com exceção de voto para exclusão de associado e alteração de estatuto, que necessitam de no mínimo três quartos dos votos.

Nenhum dos estatutos analisados caracteriza como se dá a representação das associações perante outras instâncias, como os Conselhos locais que deliberam sobre a atividade de maricultura, por exemplo. As únicas menções sobre o termo “representação” ocorrem no estatuto da AMAPICIN, que identifica uma das funções do Presidente como *"representar a Associação ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente"*; no estatuto da APE, onde uma das competências do Conselho Diretor é *"representar a associação ativa e passivamente, em juízo ou fora dele"*. Ainda no caso da APE, no que diz respeito aos associados: *"Os associados, independentemente da categoria, não respondem, subsidiária, nem solidariamente*

pelas obrigações da associação, não podendo falar em seu nome, salvo se expressamente autorizados pelo Conselho Diretor”.

4.2.2 Conselhos de atuação na região que deliberam sobre a atividade de maricultura

Os únicos Conselhos que apresentam claramente sua natureza no regimento interno são o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Pesqueiro de Ubatuba, de caráter deliberativo, e o CG-APAMLN, de caráter consultivo.

As palavras “maricultura” ou “aqüicultura” não aparecem em nenhuma das atribuições dos regimentos internos dos Conselhos analisados. Os três Conselhos Municipais (São Sebastião, Caraguatatuba e Ubatuba) citam a atividade pesqueira como pertencente ao seu universo de atuação, o que pode ser verificado desde os nomes dos Conselhos (Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Pesqueiro de Ubatuba; Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e da Pesca de Caraguatatuba e o Conselho Municipal de Desenvolvimento da Pesca, Agricultura e Abastecimento de São Sebastião) e também em suas atribuições.

O Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Norte (CG-APAMLN), diferente dos demais, não tem como objetivo o desenvolvimento de determinadas atividades, mas sim a preservação ambiental. Nenhuma atividade realizada em sua área de atuação é citada diretamente em suas atribuições, porém a gestão dessas atividades se mostra relevante nas atribuições de *“Promover a articulação dos órgãos públicos, organizações não governamentais, população residente e iniciativa privada, para a concretização dos planos, programas e ações de proteção, recuperação e melhoria dos recursos ambientais existentes na APAMLN”* e *“Compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade de conservação, em prol do interesse da coletividade visando a sustentabilidade ambiental, econômica e sócio-cultural”*.

Uma atribuição comum aos Conselhos analisados é a interferência direta, nos casos dos Conselhos Municipais, ou indiretamente, no caso do CG-APAMLN, na gestão de atividades como a maricultura. A tabela 4 faz um quadro comparativo dessas atribuições.

Tabela 4: Atribuições dos Conselhos analisados de interferência na gestão de atividades, com a maricultura. Legenda: CM – Conselho Municipal relacionado à maricultura; CG – Conselho Gestor.

CM - São Sebastião	CM – Caraguatatuba	CM – Ubatuba	CG – APAMLN
Elaborar o Plano Municipal de Desenvolvimento da Pesca, Agricultura e Abastecimento, abrangendo as atividades de assistência técnica, construções, reformas e serviços necessários à melhoria da infra-estrutura municipal, de apoio a Pesca, Agricultura e Abastecimento.	Elaborar o "Plano Municipal de Desenvolvimento Agropecuário e de Pesca Plurianual" e, anualmente, o "Programa de Trabalho Anual" e acompanhar a sua execução".	Todas as ações a serem implantadas no município deverão ser avaliadas pelo Conselho, para emitir parecer técnico sobre assuntos pertinentes a sua área de atuação, enviando aos órgãos de competência, pela administração pública municipal e outras.	Acompanhar e participar do processo de elaboração, implementação e revisão do Plano de Manejo da APAMLN.

A paridade, número igual de membros representando órgão públicos e sociedade civil, é um princípio presente no regimento interno dos Conselhos Municipais de São Sebastião, sendo cinco membros pra cada, e de Caraguatatuba, com quatro membros para cada, além do CG-APAMLN, que não diz no regimento o número de membros que compõe o Conselho. O CM de Ubatuba também apresenta paridade de composição, com 15 membros pra cada, mas ela apresenta-se no Decreto Municipal nº 5088 de 04 de novembro de 2009.

Para os Conselhos Municipais analisados a ocorrência das plenárias se faz ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente quando necessário. Já o CG-APAMLN se reúne em plenária, ordinariamente, no mínimo a cada dois meses e, extraordinariamente, quando necessário.

A convocação da plenária para o CM de Caraguatatuba é feita pelo Presidente ou solicitada pelos conselheiros. Diferente deste, o regimento interno do CM de São Sebastião detalha a convocação da plenária que é feita pelo Presidente ou um terço ou mais dos membros, por meio de contato telefônico, correspondência ou pessoalmente, com antecedência mínima de 15 dias para reuniões ordinárias e 72 horas para reuniões extraordinárias. Não havendo quorum na 1ª convocação, a reunião será adiada por cinco dias no mínimo, independente do número de membros presentes.

Em Ubatuba, o CM define que a convocação da plenária ordinária é feita pelo Presidente, de acordo com o calendário previamente decidido na primeira reunião anual, e confirmada com antecedência mínima de dez dias. Já a reunião extraordinária será convocada pela mesa diretora ou por um terço dos membros, neste caso o Secretário

Executivo deverá ser comunicado e convocará a reunião, para os demais membros, que será realizada a partir de quinze dias do solicitado.

No caso do CG-APAMLN a convocação da plenária será feita pela Secretaria Executiva por meio, preferencialmente, eletrônico e, em caso de necessidade, pelo correio, com antecedência mínima de dez dias para reuniões ordinárias e cinco dias para reuniões extraordinárias. A segunda chamada deverá ser até trinta minutos após o horário de convocação.

A respeito da pauta, o Regimento Interno do CM de Caraguatatuba menciona esta necessidade, porém o não menciona a antecedência necessária. O CM de São Sebastião pontua antecedência de quinze dias, para reuniões ordinárias; o CM de Ubatuba antecedência mínima de dez dias e o CG-APAMLN estabelece que a pauta será pré-estabelecida no ato da convocação.

O quorum de instalação da plenária é de metade de seus membros para o CM de Caraguatatuba; maioria simples, 50% mais um dos membros para o CM de São Sebastião; pelo menos metade mais um de seus membros em primeira chamada e com qualquer número em segunda chamada, passados quinze minutos da primeira chamada para o CM de Ubatuba; e de um terço do total dos conselheiros para o CG-APAMLN.

Para deliberações é necessária maioria simples dos votos tanto para o CM de São Sebastião quanto para o CM de Caraguatatuba. O CM de Ubatuba necessita da maioria dos votos, desde que no mínimo tenham cinco membros do setor governamental e cinco membros da sociedade civil organizada, exigindo assim paridade para deliberações. O CG-APAMLN exige, pelo regimento interno, metade mais um membro do total de integrantes do conselho para deliberações.

O CM de Ubatuba não faz nenhuma menção a respeito das votações em seu regimento interno. O CG-APAMLN diz que a votação será aberta e quando solicitada nominal. A votação do CM de Caraguatatuba poderá ser simbólica, nominal ou secreta, cabendo ao plenário a sua definição. Já o CM de São Sebastião detalha as possibilidades de votação em seu regimento interno: Em regra geral (abandonada por solicitação de qualquer membro e aprovada pelo plenário), a votação será nominal, feita pela chamada dos presentes que expressarão seus votos. Poderá ser feita a votação simbólica, conservando-se sentados os que aprovam e levantados os que desaprovam a proposta. E ainda, a votação poderá ser secreta, em urna indevassável, com contagem de votos feita pelo presidente em voz alta acompanhada pelos conselheiros.

Analisando a composição das cadeiras, no CM de São Sebastião é ausente, tanto no Poder Público, com na sociedade civil, cadeira de interesse direto voltado para a atividade da maricultura. O CM de Caraguatatuba oficialmente não possui cadeira para interesse direto da maricultura, porém há a presença do presidente da MAPEC, representando a Colônia de Pesca Z8, da qual é ele também membro. Já o CG-APAMLN possui representação tanto da MAPEC quanto da AMESP na composição dos conselheiros.

Já o CM de Ubatuba possui duas cadeiras para o Poder Público: Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento, representante do setor pesqueiro e a outra é representada pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo - Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios - Instituto de Pesca - Núcleo de Pesquisa de Desenvolvimento do Litoral Norte - SAA/APTA/IP/NPDLN, representante da maricultura. E duas para a sociedade civil: AMESP e APE (Decreto nº 5088 de 04 de novembro de 2009).

4.3. Análise do funcionamento das instâncias participativas

Não foi possível fazer a análise do funcionamento da AMAPICIN pelo fato desta associação ter sido fundada em abril de 2010, ano da coleta dos dados analisados no presente trabalho. Em conversa, através de e-mail, com o responsável do Projeto Vieiras, este afirmou que a associação estava em fase inicial de implementação e por isso não tinha ainda um controle satisfatório de informações a respeito dos membros (quem e quantos são), nem mesmo um cronograma de reuniões oficiais que pudessem ser acompanhadas para a análise deste trabalho.

4.3.1 Acompanhamento das reuniões

Não foi possível acompanhar as reuniões da APE, por não ter tido acesso às datas das reuniões. Em conversa com o Presidente da associação, este afirmou que a dinâmica da associação é de troca de informações principalmente através de conversas no cotidiano da atividade. Por isso, não há um calendário prévio de reuniões e as reuniões que ocorreram foram convocadas próximas de sua data de execução, sem serem informadas para fim desta pesquisa.

4.3.1.1. Reunião MAPEC

Foi possível acompanhar apenas duas reuniões da MAPEC pelo fato desta associação não ter calendário prévio de reuniões. Uma das reuniões acompanhadas teve a presença de 13 membros, entre pescadores e maricultores, contou com a presença do Presidente da associação e representante da mesma no CM de Caraguatatuba e no CG-APAMLN. Nesta reunião não houve menção a nenhum dos fóruns dos quais esta associação participa. As discussões se limitaram a questões internas, como apresentação de novos membros, proposta de transformar o galpão da associação em um centro de visitação e problemas de desentendimento entre membros.

A outra reunião ocorreu em parceria com a AMESP e teve como objetivo divulgar as técnicas que a MAPEC vem utilizando nos cultivos em parceria com pesquisadores do Instituto de Pesca para os outros maricultores do Litoral Norte. Esta reunião teve em torno de 35 pessoas, sendo a maioria estudantes e interessados, nove eram maricultores e quatro eram da MAPEC. Por ser uma reunião mais voltada para a demonstração de técnicas, não foram discutidos outros assuntos do cotidiano da associação.

4.3.1.2 Reuniões AMESP

As reuniões da AMESP ocorrem na primeira segunda-feira de cada mês. A Tabela abaixo mostra quais foram as reuniões acompanhadas da AMESP, com suas datas e locais, se estavam presentes o Presidente, que também é representante da AMESP no CM de Ubatuba, e o representante da AMESP no CG-APAMLN e se houve menção dos fóruns que deliberam a respeito da maricultura no Litoral Norte.

Tabela 5: Reuniões acompanhadas da AMESP. Legenda: CG-APAMLN – Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Norte; CM – Conselho Municipal relacionado à maricultura; FUNDART – Fundação de Arte e Cultura de Ubatuba.

Data	01/03/2010	05/04/2010	03/05/2010	07/06/2010	02/08/2010	04/10/2010	08/11/2010
Local	Instituto de Pesca	FUNDART	Instituto de Pesca	FUNDART	MAPEC	FUNDART	FUNDART
Nº de presentes	16	19	6	8	35 pessoas, das quais 9 eram maricultores	11	7
Presença do representante do CG-APAMLN	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Presença do Presidente e representante do CM de Ubatuba	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim
Menção dos fóruns que deliberam sobre a maricultura no Litoral Norte	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim

Como pode ser observado na tabela acima em três reuniões da AMESP, dentre as sete acompanhadas, houve menção de fóruns que deliberam sobre a maricultura. Na reunião do dia 03 de maio foi dado o informe que apesar da AMESP ter se inscrito para compor o GERCO, foram escolhidos dois membros da sociedade civil de cada município, ficando Ubatuba com a representação a Colônia de Pescadores e da OAB.

Na reunião do dia 04 de outubro, o representante da AMESP no CG-APAMLN abriu a reunião dizendo que estão decidindo coisas sobre a maricultura no ZEE- Zoneamento Econômico Exclusivo do GERCO e que não há nenhum representante da maricultura envolvido nessa discussão. Um membro, que trabalha com cultivo experimental de peixes em Ilhabela, disse que está acompanhando a discussão do GERCO e que achava que precisaria mudar o que é considerado “cultivo de baixo impacto” do ZEE, então apresentado como de 2000 m², para poder viabilizar o cultivo de peixes e pediu apoio da AMESP para propor alterações no documento. Sobre este assunto ficou deliberado que dois maricultores iriam à próxima reunião do GERCO acompanhar a discussão.

Ainda na reunião do dia 04 de outubro ocorreram pronunciamentos dos maricultores em relação à organização da AMESP: reclamaram das ausências do Presidente, não só nas reuniões, mas também, no cotidiano da associação; apontaram para a necessidade de atualização do cadastro dos maricultores ativos e de normalização

do funcionamento do setor financeiro da associação, cobrando as mensalidades e incentivando uma maior participação dos maricultores.

Na reunião do dia 08 de novembro, o membro que estava acompanhando o GERCO (não como representante da AMESP) abriu a reunião dizendo que a maricultura é pautada constantemente no GERCO e no Território da Pesca e que é muito ruim para a atividade não ter ninguém da AMESP nesses fóruns.

Ainda nesta reunião o Presidente desculpou-se pelas ausências em reuniões anteriores e disse que queria sair da presidência por se tratar de muito trabalho sem retorno, e que estava cansado e sem recursos, o que inviabiliza viajar para as reuniões sem retorno. O Presidente comentou também que a AMESP estava vazia, e que nenhum membro se encontrava em dia com mensalidades. O Presidente afirmou que, mesmo sabendo não ser o ideal, apoiava-se muito no representante do CM de Ubatuba (também Presidente da APE), por ele estar vinculado à Prefeitura e frequentar várias reuniões. Esta reunião terminou com o encaminhamento de que a AMESP iria se reunir com a CETESB para redefinir maricultura de baixo impacto do ZEE (GERCO).

Nas demais reuniões não foram tratados assuntos de organização da associação e sim questões relacionadas a possíveis projetos e parcerias, mas sem encaminhamentos.

4.3.1.3 Reuniões do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Pesqueiro de Ubatuba

As reuniões deste Conselho ocorreram nas últimas quintas-feiras de cada mês. Como pode ser observado na tabela 6, o representante da APE esteve presente nas três reuniões acompanhadas com quórum. Já o representante da AMESP não participou de nenhuma delas. Outro ponto importante é a ausência de quórum em duas das reuniões acompanhadas e o adiamento sem aviso satisfatório de outra reunião.

Tabela 6: Reuniões acompanhadas do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Pesqueiro de Ubatuba. Legenda: APE – Associação dos Pescadores da Enseada; AMESP – Associação dos Maricultores do Estado de São Paulo.

Data	29/04/2010	28/05/2010	29/07/2010	26/08/2010	30/09/2010	25/11/2010
Local	Casa dos Conselhos					
Presença do representante da APE	Sim	SEM QUORUM	Sim	Sim	SEM QUORUM	Foi adiada para o dia seguinte. Alguns conselheiros, assim como a autora desta pesquisa, não foram avisados e foram até lá inutilmente
Presença do representante da AMESP	Não		Não	Não		
Discussões que abrangem a maricultura	Informe que no Micro-bacias II, maricultores poderão participar e citaram inclusive a possibilidade de parceria com a AMESP		Não	Não		

Na reunião do dia 29 de abril, foi registrada uma rivalidade política entre membros do conselho (representantes da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento e da CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral) que se provocaram em discussões dos mais diversos temas, o que causou um desconforto e inibição dos demais conselheiros presentes.

Na reunião do dia 29 de julho, membros do conselho (TAMAR e CATI) apresentaram um questionário, elaborado por eles, para tentar entender o porquê deste Conselho ter dificuldades com quorum, participação e encaminhamentos. O questionário foi entregue aos conselheiros presentes e encaminhado aos demais.

Na reunião do dia 26 de agosto, membros do conselho (TAMAR e CATI) apontaram para a necessidade de haver encaminhamentos para as deliberações do Conselho. Eles analisaram atas anteriores, inclusive de 2009, e mostraram que muito do que foi deliberado não foi encaminhado. Além disso, chamaram a atenção para o fato de que o cadastro dos conselheiros estava desatualizado.

4.3.1.4 Reuniões do Conselho Municipal de Desenvolvimento da Pesca, Agricultura e Abastecimento de São Sebastião

Este conselho esteve desativado a maior parte do ano de 2010, sendo que sua primeira reunião ocorreu no dia 08 de outubro de 2010. Foram acompanhadas esta

reunião e a seguinte, realizada no dia 25 de outubro de 2010. Como previsto no Regimento Interno, não havia conselheiros representantes da maricultura nas reuniões. Em conversa com o Presidente do Conselho, este afirmou que não pretendia incluir uma cadeira para a maricultura por se tratar de um Conselho para pesca.

4.3.1.5 Reuniões do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e da Pesca de Caraguatatuba

As reuniões deste Conselho ocorreram nas últimas quartas-feiras de cada mês. Foram acompanhadas oito delas, do mês de abril até a do mês de novembro. Todas ocorreram na Casa da Agricultura de Caraguatatuba. O Presidente da MAPEC, que representa a Colônia de Pescadores neste Conselho, não esteve presente na reunião de 27 de julho de 2010, dentre as acompanhadas. A reunião do dia 24 de abril não obteve quorum.

A reunião do dia 25 de maio de 2010 contou com a presença da Secretária de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca, que não é conselheira. Ela disse que Caraguatatuba estava com um recurso inédito para pesca/agricultura e um dos gastos com este recurso seria com o SIM – Selo de Inspeção Municipal. A prefeitura iria fornecer uma área de manipulação de alimentos para pescado (peixe e marisco) e produtos agrícolas. Esta área iria ser utilizada em dias alternados por pescadores, maricultores e agricultores. Outra opção seriam containers modulares (móveis) que diminuiria o custo.

Na reunião do dia 29 de junho de 2010, a representante da Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca (SMAAP) apontou a existência de alguns documentos deste Conselho, referentes à gestão de 1998 a 2000, que estavam faltando.

Na reunião do dia 27 de julho de 2010, a representante da SMAAP informou que no dia 13 de agosto de 2010 a SMAAP iria até o município de Santos para conhecer uma cozinha experimental de manipulação de pescado e que gostariam de levar representantes da Colônia de Pescadores e da MAPEC.

As reuniões dos dias 31 de agosto e 29 de setembro de 2010 não apresentaram discussões relevantes para a maricultura ou para a organização do próprio Conselho. Na reunião do dia 26 de outubro, o Presidente da MAPEC divulgou o Festival do Mexilhão, organizado por esta associação, que aconteceria no início de novembro.

Na última reunião do ano, dia 30 de novembro de 2010, o Presidente da MAPEC comentou que seria muito bom se fizessem um projeto para que pescadores e extratores

de marisco produzissem a semente do mexilhão (indivíduo jovem). Afirmou que seria muito bom para a maricultura e que a MAPEC se responsabilizaria pela compra dessas sementes.

4.3.1.6 Reuniões do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Norte (CG-APAMLN) e do Grupo Temático de Pesca (GT-Pesca) da APAMLN

Foram acompanhadas as reuniões dos dias 12 de maio, 14 de julho, 25 de agosto e 13 de outubro de 2010, todas ocorreram em Caraguatatuba. A reunião do dia 25 de agosto não obteve quorum para sua realização. O representante da AMESP e o representante da MAPEC estiveram ausentes na reunião do dia 14 de julho de 2010.

De modo geral, as reuniões trataram de assuntos abrangentes, como Plano Gestor da APAMLN, parcerias com outros fóruns, GERCO e Território da Pesca, e acompanhamento dos Grupos Temáticos (GT), que eram encarregados das discussões mais específicas de cada área, como poluição, fiscalização, mergulho, saneamento e pesca (e aquicultura). Por essa razão o GT-Pesca também será analisado.

Do GT-Pesca da APAMLN foram acompanhadas as reuniões dos dias 14 de julho, 25 de agosto, 05 de outubro e 06 de dezembro de 2010, todas as reuniões aconteceram em Caraguatatuba. O representante da AMESP estava presente em todas essas reuniões acompanhadas. Já o representante da MAPEC não compareceu na reunião do dia 06 de dezembro de 2010.

Na reunião do dia 14 de julho de 2010, a gestora da APAMLN informou que a equipe da APAMLN fez um levantamento da legislação pertinente à maricultura. O GT-Pesca deliberou que a APAMLN terá um banco de dados da maricultura presente no Litoral Norte e esse cadastro seria muito importante para a CETESB (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo) fazer os licenciamentos. Ocorreu uma discussão entre os membros sobre o porquê que o Plano Local de Desenvolvimento da Maricultura (PLDM) foi abandonado, mas ninguém tinha informações oficiais. A responsável pela Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento de Ubatuba ficou preocupada em dar o cadastro dos maricultores para a CETESB, pelo fato deles não possuírem o licenciamento, o que os torna ilegais. Ela relatou que havia conseguido informações sobre o cultivo a partir de um acordo com os maricultores de não divulgar essas informações para que eles não corressem o risco de serem punidos pela ilegalidade. A Secretária, então, disse que não daria os dados para a CETESB e

sugeriu que esses dados fossem solicitados para a AMESP, já que em Ubatuba 100% dos maricultores são associados.

Na reunião do dia 25 de agosto de 2010, a gestora da APAMLN deu a devolutiva da CETESB sobre licenciamento. Disse que a CETESB faria o cadastro dos maricultores, sendo assim, não haveria a necessidade da APAMLN fazer um outro cadastro.

Na reunião do dia 05 de outubro de 2010, o representante do Território da Pesca, que participa do CG-APAMLN como convidado, disse que o Território da Pesca faria um levantamento dos principais conflitos pesqueiros e solicitou para a APAMLN e entidades presentes que indicassem esses conflitos. O representante da MAPEC comentou que na Cocanha a associação tinha problemas com jet-ski e banana-boat. Um membro da AMESP, que estava como convidado nesta reunião, comentou a respeito do conflito legal da última versão do ZEE (GERCO). Contou que foi na reunião da AMESP e que estaria apto a falar em nome desta associação quando disse que generalizar um cultivo de 2000 m² como de baixo impacto para toda modalidade de maricultura geraria um conflito ambiental e econômico no caso de cultivos de peixes, por exemplo.

Ainda na reunião do dia 05 de outubro de 2010, a gestora da APAMLN apresentou a devolutiva da CETESB, de que teria uma data estipulada como prazo para os atuais maricultores estarem regularizados e a partir daí a regulamentação deveria ser feita antes de colocar o cultivo na água.

Na reunião do dia 06 de dezembro de 2010, um representante da CETESB fez a devolutiva do licenciamento da maricultura: a CETESB estava, então, fazendo o cadastro das licenças prévias faria as análises da qualidade da água e sedimento dos parques aquícolas. Além disso, organizaria oficinas de capacitação, em parceria com a APAMLN, para informar as regras deste licenciamento.

4.3.1.7 Reuniões do Gerenciamento Costeiro (GERCO)

Não estava planejado inicialmente acompanhar as reuniões do GERCO pelo fato de nenhuma associação de maricultores ser conselheira oficial. Porém, acompanhando as reuniões da AMESP e do GT-Pesca da APAMLN tomou-se conhecimento de que o GERCO estava deliberando sobre a maricultura sem a presença de maricultores. Então, na reunião da AMESP do dia 04 de outubro de 2010 foi decidido que iriam alguns representantes da associação para acompanhar as discussões do GERCO.

Duas reuniões deste fórum foram acompanhadas, a do dia 14 de outubro de 2010 e a do dia 09 de dezembro de 2010. Em ambas, esteve presente um membro da AMESP que possui um cultivo experimental de peixes na Ilhabela. O mesmo que solicitou apoio à associação para tentar alterar a definição de baixo impacto presente no ZEE. Na primeira reunião ele disse que entrou em contato com a AMESP e que a associação concorda com o fato de 2000 m² não pode definir um cultivo de baixo impacto, pois em alguns casos esta situação não é viável economicamente e nem sustentável ambientalmente. Na segunda reunião, ele propôs a retirada do termo “baixo impacto” do ZEE, porém um membro do conselho disse que é melhor redefinir “baixo impacto” ao invés de retirar, e ficou deliberado que esta redefinição deveria ser feita com o órgão licenciador, no caso, a CETESB.

4.3.2 A perspectiva dos associados a respeito da representação da associação.

Foi solicitada para cada presidente das associações a lista de membros para a realização da entrevista com os mesmos. Apenas a AMESP enviou, via e-mail, a lista requerida (anexo 5), notificando que provavelmente uma ou outra informação contida nesta se encontrava desatualizada. Essa lista contém maricultores que também são membros da APE e da MAPEC, sendo os dados dessas duas associações checados com seus associados durante as entrevistas.

Na tabela 7, a seguir, pode-se acompanhar o número de membros por Praia/Vila disponibilizado pela AMESP. Dos 75 maricultores que compunham a lista de membros cedida pela AMESP, 21 foram entrevistados, 23 declararam-se ou foram apontados por moradores locais como não sendo mais produtores e sobre os 31 restantes não obtivemos informação.

Tabela 7: Número de maricultores entrevistados e não encontrados, a partir da lista de membros cedida pela AMESP (Associação dos Maricultores do Estado de São Paulo). As células em branco caracterizam ausência de informação.

Cidade	Praia/Vila	Lista AMESP	Maricultores entrevistados	Maricultores que não cultivam mais	Declararam não fazer parte da AMESP
Ubatuba	Almada	3	3	0	0
	Ubatumirim	3	1	2	0
	Barra Seca	2	1	0	0
	Lázaro	1	1	0	0
	Fortaleza	1	1	0	0
	Bonete	5	1	1	0
	Pulso	3	1	0	1
	Enseada	7	3	0	1
São Sebastião	Boiçucanga	2	2	0	1
Caraguatatuba	Cocanha	15	7	7	6
Ubatuba	Picinguaba	10	0	10	
	Prainha do Bonete	5	0	1	
	Cedro	1	0	1	
	Camburi	1	0	1	
	Caçandoca	1	0		
	Centro	4	0		
	Praia do Léo	1	0		
	Ilha da Maranduba	2	0		
	Ilha do Mar Virado	3	0		
Ilhabela	Ilhabela	5	0		

A informação dos 23 maricultores que não produzem mais foi obtida através de entrevista com membros da mesma praia/vila, ou com familiares. Já a falta de informação sobre os 31 maricultores restantes muito se deve ao fato do acesso somente ao nome e praia/vila do maricultor, o que dificultou a realização das entrevistas, já que eles poderiam não morar na mesma praia do cultivo ou não estar no local no momento da visita. A Ilha da Maranduba, a Ilha do Mar Virado e a Ilhabela foram as únicas localidades não visitadas, devido à dificuldade de acesso. Maior detalhamento sobre as saídas de coleta se encontram no Diário das Entrevistas, anexo 4.

Outro dado importante contido na tabela acima é que dos 21 entrevistados nove declararam-se não fazer parte da AMESP. Todos os entrevistados da Praia da Cocanha (sete maricultores) declararam-se membros da MAPEC e todos da Enseada (três membros) se declararam da APE. Dentre esses, apenas um entrevistado da Praia da Cocanha e dois da Enseada se declaram também membro da AMESP.

4.3.2.1 Perspectiva dos representados

Para os resultados a seguir foram considerados 19 entrevistados, já que os outros dois são representantes e, por isso, foram submetidos a diferentes perguntas, que serão analisadas a diante.

Dos 19 entrevistados apenas uma é mulher. O mais novo possui 26 anos, a mais velha 67 e a média de idade ficou em torno de 47 anos. A respeito do tempo que cultivam três deles responderam que cultivam há três anos ou menos. Os demais estão entre 8 e 25 anos de produção, totalizando uma média em torno de 12 anos de produção.

Quando questionados sobre sua profissão 13 declararam ser pescadores e maricultores, um apenas maricultor, um proprietário de quiosque e maricultor e os quatro restantes não declararam a maricultura como profissão. Estes últimos se identificam como proprietário de quiosque, dependente de renda de aluguel, aposentado e pescador. Dentre os que não consideram a maricultura como profissão, três são os que possuem o cultivo há três anos ou menos e uma, por razão de roubos e mau tempo, está com o cultivo quase que abandonado.

A importância da maricultura para os entrevistados foi mais vezes citada com sendo uma fonte de renda extra, apontada por treze maricultores, sendo que destes, dois mencionaram também a importância ambiental por ser uma atividade sustentável. Para os demais a importância da maricultura foi apontada como sendo: fonte total de renda (para dois entrevistados); 50% da renda (para um entrevistado); tradição familiar, pois aprendeu a técnica com o pai (para um entrevistado); animo inicial, pois está empolgado com o começo de sua produção (para um entrevistado) e nenhuma importância, pois tem muito problema com roubo e tempo ruim (para uma entrevistada).

Dos 19 entrevistados, 11 declararam ser membros da AMESP, seis da MAPEC e dois da APE, sendo que um disse ser associado da AMESP e da MAPEC e outro da AMESP e da APE. Dois entrevistados declararam não estarem associados a nenhuma associação.

Quando perguntados sobre o número de reuniões assistidas no ano (2010) a maior parte (seis) dos membros da AMESP entrevistados respondeu que foi em até três reuniões, dois membros foram em cinco ou seis e os três restantes relataram ter ido entre oito e dez reuniões neste período.

No caso da MAPEC três membros declaram ter participado de duas reuniões, dois participaram de dez e um não participou de nenhuma reunião em 2010. Já para a APE, um declarou ter participado de dez e o outro de três reuniões no mesmo período.

Quando perguntados se estão satisfeitos com o número de reuniões assistidas apenas um membro da AMESP disse estar satisfeito, os outros dez gostariam de ter ido a mais reuniões e justificaram sua ausência por falta de tempo (seis entrevistados) e distância percorrida até o local da reunião (dois entrevistados). Um entrevistado não fez declarações a este respeito e outro mencionou a falta de informação:

“Eu gostaria de ir mais vezes, é que aqui quando avisa, avisa em cima da hora, às vezes, já tem passado” (membro da AMESP).

Dentre os membros da MAPEC dois estão satisfeitos com o número de reuniões assistidas e quatro entrevistados declararam que gostariam de ter ido mais, sendo que um justificou sua ausência por não acreditar na eficiência das reuniões:

“Gostaria de ter ido se fosse uma coisa mais, assim... o pessoal fica muito com aquelas bobeirinhas de discussão, briguinha, né!? Não resolve nada” (membro da MAPEC).

E os outros três dos que gostariam de ter ido em mais reuniões apontaram a falta de informação como causa de suas ausências:

“Queria mensal. (...) Que me convidaram foi só essas duas, se teve, eu não sei não” (membro da MAPEC).

“Eu gostaria de ter ido uma vez por mês. A gente não tem informações sobre as reuniões” (membro da MAPEC).

“Gostaria, precisa ter mais reuniões, é que não teve mesmo” [Foi em duas reuniões] (membro da MAPEC).

Os membros da APE entrevistados se consideram satisfeitos com o número de reuniões assistidas. Apesar da diferença entre eles, um assistiu três e o outro dez reuniões, ambos consideram que o contato no cotidiano da atividade já é o suficiente para a comunicação do grupo:

“Na verdade não precisa fazer reunião, porque está todo mundo junto. É melhor, porque a gente fala, pergunta, comenta. Você faz uma reunião quando tem um pessoal diferente”. (membro da APE)

“Estamos se vendo todo dia”. (membro da APE)

Quando questionados sobre o local das discussões quatro membros da AMESP falaram que as reuniões acontecem na FUNDART (Fundação de Arte e Cultura de Ubatuba), já os outros sete disseram que as reuniões ocorrem no Instituto de Pesca, também localizado no município de Ubatuba. Os dois membros da APE declararam que as discussões ocorrem no dia-a-dia da atividade na praia. Já os membros da MAPEC, cinco deles apontaram o “rancho de pesca” da praia da Cocanha como o local das reuniões e apenas um caracterizou o convívio diário da atividade como sendo o local/momento das discussões:

“É lá, na conversa do dia-a-dia, mas não em reunião, fica uma coisa, assim, meio impessoal, né!? Uma coisa que não tem, assim, um objetivo de se reunir o pessoal e discutir um problema”. (membro da MAPEC)

A respeito da antecedência da reunião oito membros da AMESP disseram que já está combinado que a reunião ocorra sempre na primeira segunda-feira de cada mês. Um membro alegou que fica sabendo das reuniões com antecedência de duas ou três semanas:

“Quando a reunião é muito importante que me ligam, com umas três, duas semanas de antecedência.” (membro da AMESP)

Os outros dois membros da AMESP afirmaram que ficam sabendo das reuniões com antecedência menor que uma semana:

“Às vezes dois dias, às vezes no mesmo dia, às vezes ele deixa o recado com outra pessoa pra entregar e a pessoa não entrega”.
(membro da AMESP)

“Ah, avisa dois dias antes, né!?”. (membro da AMESP)

Os dois membros da APE entrevistados alegaram que a reunião é noticiada com antecedência de até uma semana. Dentre os membros da MAPEC três disseram que ficam sabendo das reuniões com antecedência de até uma semana e outro membro disse ser maior que uma semana. Os dois membros restantes disseram não ficar sabendo das reuniões com antecedência:

“Às vezes dois dias depois que acabou ela. Os caras falam: ta no poste de avisos. De repente o cara colocou ali duas horinhas antes do negócio, como eu vou ficar sabendo?” (membro da MAPEC)

“É que eu não tenho costume também de olhar naquele muralzinho, mas eles têm vez que avisam. Tem vez também que já junta um pessoalzinho ali e faz a reunião e você nem fica sabendo mesmo, né!?” (membro da MAPEC)

A respeito da antecedência da pauta, sete membros da AMESP disseram que a pauta é decidida na hora. Três membros alegaram que às vezes vêm antes, mas a maioria das vezes é na hora. E um membro declarou que às vezes é antes e às vezes é na hora. Os dois membros da APE entrevistados disseram ser de até uma semana a antecedência da divulgação da pauta. Para os membros da MAPEC, um disse ser a pauta decidida na hora, outro disse que às vezes é antes, mas na maior parte das vezes é na hora, outro que a antecedência de divulgação é de mais de uma semana, outros dois disseram ser de até uma semana e um outro não respondeu.

Perguntados sobre como ficam sabendo do que foi discutido nas reuniões em que estiveram ausentes, três membros da AMESP declararam que não ficam sabendo de nada da reunião e os outros oito contam com outros membros associados para ter conhecimento do que foi discutido em reunião, sendo que desses últimos três indicaram o nome do representante da AMESP no CG-APAMLN, que também é Presidente da APE e a representa no CM de Ubatuba, como a fonte de informação. Os dois membros da APE entrevistados disseram tomar conhecimento do que foi discutido nas reuniões através de outros membros, sendo que um deles também apontou o nome do

representante da AMESP no CG-APAMLN, que também é Presidente da APE e a representa no CM de Ubatuba, como fonte da informação.

Dos membros da MAPEC, um declarou que frequenta todas as reuniões, quatro disseram ter conhecimento das discussões em que foram ausentes através de outros membros e um disse:

“Muita coisa a gente nem fica sabendo, né!? Só quando um ou outro fala mesmo, mas é difícil.” (membro MAPEC)

Quando questionados se sua associação tem cadeira em algum conselho da região, dois membros da AMESP disseram que não, três não sabiam, um disse que acha que sim, mas não sabia qual, e cinco afirmaram que sim. Desses últimos dois apontaram o CG-APAMLN, um apontou o Território da Pesca e o CG-APAMLN e os outros dois apontaram ou CM de Ubatuba ou desconhecia em qual conselho. Conforme o levantamento feito, a AMESP possui cadeira no CG-APAMLN e no CM de Ubatuba, porém, não possui no Território da Pesca.

Dos membros da APE, um disse que sua associação tem sim cadeira em conselho da região, mas não sabia qual era, e o outro disse não saber. Conforme o levantamento feito, a APE possui cadeira no CM de Ubatuba.

Já para a MAPEC, um de seus membros alegou que a associação não tem cadeira em conselhos da região, dois disseram não saber e três falaram que a MAPEC tem sim cadeira em conselhos da região. Dentre estes, um apontou o CG-APAMLN, outro disse não saber em qual conselho e o outro apontou, equivocadamente como conselhos, audiências públicas:

“Tem. Assim, é porque, quando tem essas audiências públicas é convidado a associação, aí só vai o diretor mesmo. É que eu sei que tem representatividade porque, igual, agora mesmo teve uma reunião da AMESP, lá em Ubatuba, negócio de alga, e o pessoal daqui tava lá. Eu até fiquei sabendo ouvindo a radio local hoje que tava falando”.
(membro da MAPEC)

As próximas questões, relacionadas à representatividade das associações nos conselhos, foram feitas apenas aos membros que afirmaram que sua associação possui

cadeira em algum conselho da região, sendo estes: cinco da AMESP; um da APE; e três da MAPEC.

Dentre os membros da AMESP, o que não soube identificar o Conselho em que sua associação participa apontou o Presidente como representante. O maricultor que identificou a participação da associação no CM de Ubatuba apontou como representante o membro da AMESP, que também é presidente da APE e representante desta última, e não da AMESP, no Conselho em questão. Porém, neste Conselho o representante é o próprio Presidente da AMESP. Outros dois membros que identificaram a participação da AMESP no CG-APAMLN, um apontou como representante o Presidente da associação, que não é o representante neste conselho, e o outro apontou o representante oficial (que também é Presidente da APE e a representa no CM de Ubatuba). O outro entrevistado da AMESP, que identificou o CG-APAMLN e o Território da Pesca como conselhos em que a AMESP participa, apontou o Presidente como representante em ambos os Conselhos. Porém, a AMESP não participa do Território da Pesca e o representante no CG-APAMLN não é o Presidente.

A respeito da MAPEC, os dois maricultores que apontaram a participação da associação em algum Conselho, tanto o que desconhecia em qual Conselho seria e o que identificou o CG-APAMLN, apontaram o Presidente como representante. O membro da APE que desconhecia o Conselho ao qual a associação participava apontou o Presidente como representante.

Quando questionados sobre a forma em que se deu a escolha desses representantes, dois membros da AMESP disseram não saber e os outros três disseram que foi através de indicação:

“Foi escolhido através da prefeitura, através da [nome da Secretaria de Pesca de Ubatuba], né!?” (membro da AMESP)
“Foi indicação da AMESP. Não teve (eleição), porque, na verdade, a gente estava sem representatividade. O [nome de um membro] e o [nome do atual Presidente], eles sumiram, então o [nome do representante da AMESP no CG-APAMLN, que também é Presidente da APE e a representa no CM de Ubatuba] teve que assumir essa parte” (membro da AMESP)

“Tem indicação nas reuniões, mas normalmente esse tipo de cargo ninguém quer, né!? Porque é um cargo que ocupa tempo e você gasta dinheiro do bolso, né!?” (membro da AMESP)

Os membros da MAPEC também não apontaram eleições como forma de escolha de seus representantes:

“Acho que de dez anos que tem a MAPEC, no começo foi elaborado assim, escolheram o [nome do atual Presidente]. Mas nunca teve votação pra escolher o presidente” (membro da MAPEC)

“No caso, é mais pela disponibilidade dele de poder estar na presidência” (membro da MAPEC)

“A família dele botou ele” (membro da MAPEC)

O membro da APE entrevistado disse que a escolha do representante foi a partir do próprio representante que assumiu a responsabilidade:

“Não, foi ao contrário, ele é que escolheu nós. É que pra conseguir as benfeitorias tudo, da prefeitura tudo, precisaria ter uma associação. Tem que ter um representante. Ir todo mundo lá no prefeito pedir não dá, então tem que ter um cara pra representar aquilo lá. Então, nós fizemos a reunião com meia dúzia de gente e ele passou pra frente”
(membro da APE)

Outra pergunta realizada aos maricultores foi se eles ficam sabendo do que foi discutido nesses conselhos que sua associação tem cadeira. Entre os membros da AMESP três disseram não ficar sabendo e os outros dois tomaram conhecimento dessas discussões às vezes. Dos membros da MAPEC dois disseram que às vezes têm acesso a essas discussões e um disse que não tem acesso sobre o que é discutido nos conselhos. O único membro da APE entrevistado disse ter sim conhecimento do que é discutido nos conselhos em que sua associação tem cadeira.

A respeito da satisfação com a representação de suas associações nos conselhos, três membros da AMESP declararam estar insatisfeitos e os outros dois disseram estar satisfeitos. Dos membros da MAPEC dois disseram estar insatisfeitos, enquanto um

disse estar satisfeito. E o membro da APE declarou estar satisfeito com a representação de sua associação nos conselhos da região que deliberam sobre a maricultura.

Para finalizar foi perguntado aos maricultores sobre o que pode ser feito para melhorar a representação de suas associações nos conselhos. A AMESP teve dois membros dizendo que precisa melhorar a participação dos maricultores associados:

“Tem que ter reunião de mês em mês, pra poder chegar ao conselho do que esta acontecendo. Por que os maricultores não tão contribuindo com a prestação de mês em mês, né!? Tinha que chegar nesse bom senso pra esse acordo pra dar um sentido, porque se não, se não acaba a AMESP” (membro da AMESP)

“Os maricultores, eles estão descrentes, pescador é descrente. Agora o maricultor, ele podia chegar e se doar mais. Ele não se doa, cê vê, ninguém paga a AMESP. O maricultor, ele, na verdade, quer tudo de grátis, ele não quer se doar. Então, eu acho que falta doação do próprio maricultor. Inclusive, minha também” (membro da AMESP)

Os outros três membros da AMESP tiveram respostas diferentes entre si. Sendo que um deles falou que é só manter o trabalho que esta sendo feito. Outro apontou que precisaria melhorar a união entre a Secretaria de Pesca de Ubatuba e a Associação:

“Eu sei que anda meio que umas picuinha entre prefeitura e associação. Isso eu vejo lá. É um que mete o pau na Secretária. Secretária que mete o pau no presidente, enfim. Tem uma picuinha entre eles lá que eu não me meto, fico só ouvindo. O que seria interessante seria mais união” (membro da AMESP)

E o último apontou problemas internos estruturais como necessários melhorar para atingir uma melhor representação da AMESP:

“Olha, você sabe que a AMESP é uma entidade estadual. E aqui para Ubatuba, nós não temos uma entidade municipal como tem lá na Cocanha. Então, quando a gente quer fazer alguma coisa com a

prefeitura, já é um entrave porque a associação é nível estadual. E todos os associados daqui de Ubatuba usam a AMESP como se fosse local, uma entidade municipal, e não é. Então, a AMESP não tem uma sede própria, não tem um espaço, não tem um telefone, não tem nada. Então, ela é virtual, ela existe, mas não está solidificada. Tanto é que, quando você tem uma diretoria que se empenha, que se doa, aí o negócio deslança. Quando você bota uma diretoria que não quer se incomodar muito aí o negócio desaparece, para, entendeu!?” (membro da AMESP)

Dois dos membros da MAPEC apontaram a necessidade de mudar a diretoria para que melhore a representação da associação nos conselhos:

“Eu acho que assim, como já desgastou essa diretoria, teria que pegar gente nova, né!? Assim, não nova, mudar, né!?” (membro da MAPEC)

“Mudar tudo, mudar todos os diretores. Mudar toda diretoria” (membro da MAPEC)

Outro membro da MAPEC também apontou a necessidade de mudança, mas desta vez de mudança do representante:

“Escolher outro representante, uma pessoa que tenha uma visão mais atualizada, mas a gente não tem essas pessoas disponíveis pra ficar participando” (membro da MAPEC)

O membro da APE afirmou que não é necessário mudar nada, já está satisfeito com a representação de sua associação nos conselhos da região que deliberam sobre a maricultura.

4.3.2.2 Perspectiva dos representantes.

Para esta fase do projeto foram realizadas entrevistas com os representantes. Foi entrevistado o presidente da MAPEC, que também é representante desta Associação no

CG-APAMLN e representante da Colônia de Pesca Z8 no CM de Caraguatatuba que delibera sobre a maricultura. Outro entrevistado foi o presidente da APE e membro da AMESP, que representa a APE no CM de Ubatuba que delibera sobre a maricultura e é representante da AMESP no CG-APAMLN. Tentamos também entrevistar o presidente da AMESP e representante desta mesma associação no CM de Ubatuba que delibera sobre a maricultura, mas não conseguimos contato no período previsto para as entrevistas.

As entrevistas com o presidente da MAPEC e com o presidente da APE, citados acima, estão integralmente transcritas nos anexos seis e sete, respectivamente.

4.3.2.2.1 Entrevista com o presidente da MAPEC, representante desta associação no CG-APAMLN e representante da Colônia de Pesca Z8 no CM de Caraguatatuba.

Aos 61 anos e praticante da maricultura há mais de 20 anos, ele declarou como profissão estar aposentado. Quando perguntado da importância da maricultura em sua vida disse ser uma complementação à pesca. A respeito de qual função que um representante deve ter ele atribuiu responsabilidade e tranquilidade como principais características:

“É muita responsabilidade. Tem que engolir muita coisa. Tem que ter, assim, a cabeça bem fria” (presidente MAPEC)

Quando perguntado sobre qual entidade representa no CM de Caraguatatuba ele disse representar a maricultura. Perguntado, então, se ele representa a MAPEC ou a Colônia de Pescadores Z8 ele afirmou representar as duas entidades. A respeito do modo como ele foi escolhido para ser representante da Colônia de Pescadores Z8 ele disse ter sido através de votação. Tendo em vista os outros membros da MAPEC, foi perguntado a ele se algum outro membro da Associação teria perfil para representar a maricultura, através da Colônia de Pesca Z8 no CM de Caraguatatuba, e ele respondeu afirmativamente:

“Poderia, tem muita gente lá que poderia ser representante e ia se dar muito bem. Só que tem que ter vontade. Vontade e tempo” (presidente MAPEC)

Questionado se ele gostaria que fosse outra pessoa. Ele respondeu também afirmativamente:

“Eu gostaria que fosse outro pra não ficar sempre a mesma pessoa” (presidente MAPEC)

Então, perguntado se faz tempo que é ele o representante nesta instância ele afirmou que faz mais de dez anos. Quando questionado a respeito da interlocução entre a Colônia de Pescadores Z8 e o CM de Caraguatatuba ele apontou serem as reuniões um espaço importante, mas que a conversa do dia-a-dia é a principal responsável por essa interlocução:

“Tudo que é importante lá, eu passo em reunião pros pescadores e quando tem alguma coisa da reunião da MAPEC, eu passo pro Conselho também... Na reunião e na conversa do dia-a-dia também. Eu acho que a conversa é a maior troca de informação” (presidente MAPEC)

Ele respondeu afirmativamente quando perguntado se este modo de interlocução entre a Colônia de Pescadores Z8 e o CM de Caraguatatuba está funcionando:

“Funciona, porque a gente está sempre se encontrando. Está todo mundo no mesmo local lá” (presidente MAPEC)

A respeito de sua representação no CG-APAMLN, ele disse representar a MAPEC e a Colônia de Pescadores Z8 novamente. Quando perguntado como foi escolhido representante, afirmou ter sido por indicação em reunião da MAPEC:

“Foi na conversa entre nós nas reuniões. A gente indica alguém pra ir, e esse alguém sou sempre eu” (presidente MAPEC)

Quando perguntado se algum outro membro da MAPEC teria perfil para ser representante no CG-APAMLN, ele respondeu afirmativamente e disse, também, que gostaria que fosse outro membro. Questionado a respeito do modo como realiza a

interlocução da MAPEC com o CG-APAMLN, afirmou ser através das reuniões e das conversas informais:

“Nas conversas do dia-a-dia e nas reuniões também, aqui na colônia também. A gente sempre conversa” (presidente MAPEC)

Perguntado sobre as dificuldades de representar o setor, ele apontou a falta de condução:

“A dificuldade às vezes é, dependendo do lugar que a gente tem que ir, é condução. Nem sempre tem condução disponível” (presidente MAPEC)

Questionado sobre o que pode ser feito para melhorar a representação que lhe é incumbida, ele disse ser a participação dos maricultores:

“Mais participação dos pescadores e maricultores, que precisa. Na reunião, porque vai muito pouca gente” (presidente MAPEC)

Quando perguntado se o fato de ser representante da Colônia de Pescadores Z8 e da MAPEC em diferentes fóruns é algo bom ou ruim para a atividade ele afirmou considerar algo bom:

“Bom. Você fica mais esclarecido. Fica mais atento também”
(presidente MAPEC)

Ao término da entrevista ele explicou que a maioria dos membros da MAPEC faz parte da Colônia de Pescadores Z8 e por isso algumas reuniões são na Colônia, uma vez que a diretoria da MAPEC faz parte da Colônia.

4.3.2.2.2 Entrevista com o presidente da APE, representante desta no CM de Ubatuba, membro da AMESP e representante desta no CG-APAMLN.

Aos 38 anos, é atualmente comunicador social de fomento à maricultura da Prefeitura de Ubatuba. Quando perguntado da importância da maricultura em sua vida ele respondeu ser do que ele vive e o que ele vive:

“É o que eu vivo, é do que eu vivo. Do que eu já vivi mais. Porque agora eu estou trabalhando na Prefeitura, isso toma bastante o meu tempo. Mas não deixa de ser maricultura. Estou tentando ajudar o município. E estilo de vida” (presidente da APE)

Sobre o tempo em que pratica a maricultura, afirmou ser em torno de oito anos. Quando perguntado a respeito da função do representante, ele disse ser a troca de informação:

“Você busca informação, leva informação, traz informação, troca informação, ajuda a classe. É uma troca” (presidente APE)

A respeito do CM de Ubatuba que delibera sobre a maricultura, ele disse representar a APE. Perguntado sobre como se deu a escolha dele como representante, ele falou que se voluntariou por saber que os outros não o fariam:

“Porque o pessoal aqui não tem condição de entendimento, eles não gostam de participar. Caiçara não gosta de sair pra reunião. Não vai mesmo, não adianta você forçar que ele não vai. A maioria, 90%. Então, tudo eles querem que eu faça, que eu vá lá, que eu brigue. Porque eles tem confiança em mim, sabem que eu não sou traíra”
(presidente APE)

“Quando tem alguma coisa que precisa decidir, aí sim, a gente consulta. Só que aqui o caiçara é uma coisa, na cidade já é outra, numa reunião já é outra. Fica nervoso, não fala. Ou às vezes fala e não entende, aí briga. Aqui eu pergunto: O que vocês acham? Ah, eu acho isso. Então, eu vou lá e vou fazer isso. É assim que a gente faz”
(presidente APE)

Quando perguntado se algum outro membro da APE teria perfil pra representar a associação no CM de Ubatuba, ele indicou o nome de um dos membros, mas disse que os outros não gostariam. Perguntado se gostaria que outro membro representasse a APE no CM de Ubatuba, ele disse que a associação planeja sair deste conselho:

“No Conselho, a gente vai sair do Conselho Municipal. A gente está com muito fórum mais importante. Conselho Municipal a gente vai sair ano que vem. Vai fazer um ofício, a gente vai sair fora” (presidente APE)

Questionado sobre como é feita a interlocução entre a APE e o CM de Ubatuba, ele respondeu que a dinâmica da maricultura na Praia da Enseada faz com que os membros da associação estejam sempre se encontrando e conversando:

“Então, é que aqui o pessoal, um já foi pescar o outro já foi almoçar. Mas a gente fica todo dia aqui. Então, é assim que a gente trás informação. A nossa associação nada mais é do que a gente colocou um CNPJ no pessoal que fica conversando aqui. Então, a gente botou um CNPJ numa turma que se reuni todo dia. A gente ta todo dia conversando de pesca, conversando o que tá certo, o que tá errado, o que deve ser, como melhorar” (presidente APE)

A respeito das reuniões, ele afirmou que só são necessárias quando precisa de ata oficial:

“Quando a gente precisa que conste em ata, aí é oficial. Aí fala: Oh, essa semana a gente vai fazer uma reunião. Aí avisa todo mundo. Aí aparece todo mundo. Eu tiro foto. Tem foto, tem ata de reunião, tem tudo. Aí a gente decide oficialmente, que se acontecer alguma coisa: Oh, está em ata o que a gente decidiu, a foto da reunião está aqui e está tudo certinho” (presidente APE)

Perguntado sobre a antecedência da reunião, ele afirmou, novamente, que a dinâmica da atividade na Praia da Enseada facilita a comunicação entre os membros da APE e que não se faz necessário a antecedência prevista no estatuto da associação:

“A gente tem antecedência no estatuto, mas como a gente está sempre, e é fácil aqui, tem dia que a gente de véspera. O pessoal liga: Oh, vai vim ali no [nome de um membro da APE] se reunir. A gente consegue de um dia pro outro. Então, tem aquela exigência do estatuto, regimento interno, sei lá. Mas, uma semana geralmente. Não tem esse negócio de dez, quinze, vinte dias” (presidente APE)

Quando perguntado se este sistema de interlocução da APE com o CM de Ubatuba está funcionando, ele disse que está por ser um sistema constante.

A respeito do CG-APAMLN, ele afirmou ser representante da AMESP neste fórum. Questionado sobre como foi escolhido para esta representação, ele disse que se voluntariou em reunião:

“Eu me voluntariei explicando na reunião. Acho que não deu tempo, acabou deixando pro último dia e como era importante ter uma cadeira da maricultura” (presidente APE)

Perguntado se a AMESP teria outros membros com perfil para serem representantes da associação no CG-APAMLN, ele indicou o próprio presidente da AMESP como possibilidade:

“Ah, teria, claro. O próprio [nome de presidente da AMESP]”
(presidente APE)

Mas afirmou que não gostaria que ele fosse o representante.

Quando perguntado se estava feliz com a representação que vem exercendo da AMESP no CG-APAMLN, ele respondeu afirmativamente:

“Nessa primeira vez eu estou feliz. Porque eu acho que representei bem, deixei bem claro a posição da maricultura. Consegui colocar em

reuniões o que a gente precisava. Cumpri, não faltei. Acho que eu faltei em duas ou três reuniões. Então, foi bem representado”

(presidente APE)

Questionado sobre como é feita a interlocução entre a AMESP e o CG-APAMLN, ele disse ser feita através das reuniões e telefonemas:

“Levo em reuniões, as perguntas. A gente andou levando numas reuniões aí. Liga às vezes, porque na Prefeitura a gente tem a facilidade de ter acesso a telefone. Então, aviso quando tem alguma coisa importante” (presidente APE)

Ao ser questionado da funcionalidade deste sistema de interlocução, ele disse que não está funcionando, e apontou a presidência da AMESP como responsável:

“Não, na AMESP não está funcionando... Porque quem tá na presidência não tá com interesse. Tem que haver uma mudança aí, para entrar uma pessoa que tem interesse de fazer as coisas”

(presidente APE)

A respeito da antecedência das pautas das reuniões, ele afirmou que está tudo muito desorganizado:

“Não, é tudo desorganizado. Às vezes tem pauta, às vezes não tem. A ata anterior não é lida, não é aprovada. Então, quem está na presidência há um bom tempo não está fazendo as coisas do jeito que tem que ser. Tá muito complicado, muito confuso. Tem que cumprir o rito. Eu acho que é uma reunião, tem que cumprir o rito: Você tem que ler a ata anterior, tem que ser aprovada” (presidente APE)

Quando questionado sobre as dificuldades que sente em representar o setor, ele disse não ter dificuldades:

“Não. Se você quer fazer, você faz. Se você não quer fazer, você acha dificuldades. Não tem transporte, não tem dinheiro pra comer. Isso aí é choradeira” (presidente APE)

Perguntado sobre o que poderia ser feito para melhorar a sua representação, ele falou que sua representação não precisa ser melhorada:

“Olha, eu não acho falha na minha representação” (presidente APE)

Questionado sobre se é bom ou não ele representar diferentes entidades em diferentes fóruns, ele afirmou ser algo bom por permitir um intercâmbio entre os fóruns e as associações:

“É bom porque você pode usar os fóruns pra fortalecer as idéias. Então, você explica em um, leva pro outro e faz um intercâmbio entre os fóruns” (presidente APE)

Quando perguntado se o fato de trabalhar para o poder público e representar a sociedade civil, ambos no setor da maricultura, influencia na representação, ele disse que não, por já representar a sociedade civil antes de ingressar no poder público:

“Não porque eu já era representante antes de entrar na Prefeitura. O que eu fazia na sociedade civil foi o que me deu gabarito pra eu entrar no setor público. Então, dependendo da pessoa, se a pessoa tem responsabilidade eu acho que isso não é problema não” (presidente APE)

5. Discussão

5.1. As instâncias participativas.

Os municípios de Ilhabela e de São Sebastião não possuem associações de maricultores, o que pode ser explicado pelo pequeno número de produtores e falta de

articulação entre eles. Porém, o fato do Conselho Municipal de Ilhabela, que delibere sobre pesca e maricultura, não se encontrar em funcionamento; e o Conselho Municipal de Pesca de São Sebastião não possuir cadeira para a maricultura, demonstra o não reconhecimento da importância dessa atividade pelo poder público local. Deste modo, dialeticamente, os maricultores não se sentem motivados para se articularem por não terem um fórum municipal que os reconheça, e o poder público não se sente pressionado por este setor a ponto de lhes garantir participação oficial nas decisões referentes à maricultura.

O município de Caraguatatuba possui apenas uma fazenda marinha localizada na Praia da Cocanha, na qual está organizada a MAPEC. O Conselho Municipal, que delibera sobre a pesca e a maricultura, reconhece a atividade com a nomeação de uma cadeira para representá-la. Porém, a entidade nomeada para esta função é a Colônia de Pesca do município e não a MAPEC. Acontece que o presidente da MAPEC faz parte da diretoria da Colônia de Pesca, assim como alguns membros da Associação. Sendo assim, não existe uma delimitação clara nessas instâncias no que diz respeito à participação de seus membros concomitantes.

O município de Ubatuba possui a AMAPICIN, associação recente localizada na Praia de Picinguaba, e a APE, na Praia da Ensedas. Porém, a AMESP, que se propõe a ter caráter estadual, possui a grande maioria de seus membros neste município, inclusive todos os membros da diretoria. Isso faz com que os associados acabem por utilizar-se desta associação como se ela fosse municipal, fomentando principalmente ações locais. O CM de Ubatuba, que delibera sobre a pesca e a maricultura, discrimina cadeiras tanto para a AMESP, quanto para a APE.

O CG-APAMLN, que dentre os Conselhos analisados foi o mais apresentou discussões e encaminhamentos, direta ou indiretamente, para a maricultura do Litoral Norte de São Paulo, apresentou cadeira para a AMESP (estadual) e para a MAPEC (Caraguatatuba). Isto demonstra que a AMESP é entendida por este Conselho como de atuação local no município de Ubatuba, já que a rigor seria redundante convocar a MAPEC que, por sua vez, já estaria representada pela AMESP.

5.2. A estrutura organizacional das instâncias participativas.

A AMAPICIN e a AMESP fizeram referência direta à atividade de maricultura em seus objetivos estatutários, demonstrando uma maior relevância da atividade para essas associações. Isso pode estar relacionado ao fato dessas associações terem apenas

maricultores como membros. As demais associações possuem como membros pescadores e maricultores, sendo que a maior parte dos maricultores são também pescadores e existem muitos pescadores que não são maricultores, o que gera mais interesses voltados para a atividade da pesca do que da maricultura, além, é claro, dos interesses comuns.

○ quorum de instalação da Assembléia de 2ª convocação da MAPEC permite que se instale com qualquer número de associados, o que pode demonstrar uma falha de representatividade, mas que se deve ao fato da baixa frequência dos associados nas reuniões.

Nenhum estatuto analisado faz menção de como se dá a representação das associações. O funcionamento da representatividade das associações não é um conhecimento difundido na sociedade, o que pode ser constatado com as respostas dos associados que confundem representante com presidente, entre outras. E talvez a citação no estatuto de alguma possibilidade de como venha a ocorrer essa representatividade tenha um caráter educativo que se faz necessário nesse momento.

○ Conselho Municipal de São Sebastião, que delibera sobre a pesca, não possui representantes nomeados da maricultura. Uma das possíveis razões disto é que, a despeito de possuir maricultores, o município não possui associação local de maricultores e a atividade não está organizada para pleitear lugar neste Conselho. Por outro lado, o conselho não está assumindo o papel de reconhecer e incentivar a atividade trazendo maricultores como membros.

Apesar dos Conselhos analisados apresentarem paridade dos membros prevista no estatuto, na prática das reuniões esta paridade não se faz presente. Para um representante do Poder Público ir às reuniões dos Conselhos faz parte de suas atribuições, já para o representante da sociedade civil é necessário deixar de trabalhar e gastar tempo e dinheiro se deslocando até o local do Conselho. Como descrito por Tonella (2006), essa pode ser uma das causas de ausências da sociedade civil nos Conselhos, que acaba por fazer com que representantes do Poder Público deliberem sobre a atividade, o que gera conservadorismo para sua gestão. Uma maneira de tentar amenizar este problema é exigir paridade para deliberação, observada apenas no CM de Ubatuba, ou garantir apoio mínimo para participação dos conselheiros.

Alguns fóruns aqui estudados apresentam dia fixo para as reuniões, o que parece ser interessante para deixar combinado de antemão o compromisso da reunião entre os associados, contribuindo para que esses não esqueçam. Porém, para associações

menores talvez seja mais interessante não manter um calendário fixo para permitir flexibilidade caso seus membros precisem mudar a data ocasionalmente.

O fato dos Conselhos analisados e as associações que são de pescadores e maricultores não mencionarem diretamente a atividade da maricultura nos estatutos e regimentos internos analisados pode se dar pelo entendimento de menor importância para o setor, em detrimento da atividade de pesca, ou então, que a atividade de maricultura está considerada dentro da atividade pesqueira. Mas isso faz com que o maricultor se torne invisível e as diferenças, entre atividade de extração e de criação, sejam desconsideradas, fato que pode estar contribuindo para a falta de identidade do maricultor e, conseqüentemente, para a dificuldade de realização e crescimento da atividade.

Desenvolvimento de Planos de gestão das atividades presentes nos quatro conselhos analisados demonstra a importância destes Conselhos para estas atividades e a importância no mínimo pedagógica de enfatizar a inclusão da maricultura nesses fóruns.

A AMAPINCIN teve seu processo de criação diferente das demais associações estudadas: a ong, Ecoassociação, criou, conseguiu financiamento e então apresentou o projeto para a comunidade. Sendo assim, esta associação não nasceu da demanda local. Seria interessante que estudos posteriores acompanhassem o andamento dessa associação em comparação com as demais.

5.3. O funcionamento das instâncias participativas.

A maricultura no Litoral Norte de São Paulo possui predomínio do gênero masculino e da idade avançada dos maricultores, o que corrobora com os dados observados em Montagner (2009).

Da lista de membros fornecida pela AMESP, 31 maricultores certamente não produzem mais e 9 dos 21 que se declararam maricultores disseram não fazer parte da AMESP. O que demonstra desatualização e falta de controle de seus membros pela associação.

Apenas três maricultores membros de outras associações são também membros da AMESP, muito provavelmente pela abordagem local, basicamente dentro do município de Ubatuba, que esta representa para os maricultores. Se ela fosse de atuação estadual, como pleiteia ser, talvez mais membros das associações locais se filiassem.

Acompanhando as reuniões da AMESP foi verificado que no começo do ano algumas reuniões ocorreram no Instituto de Pesca, mas a maioria das reuniões aconteceu na FUNDART. A maioria dos membros entrevistados da AMESP apontou o Instituto de Pesca como local das reuniões, o que demonstra que estes maricultores tiveram pouca participação no ano de 2010 nas reuniões da associação.

O fato do presidente da APE, que também é membro da AMESP, ser funcionário da Prefeitura de Ubatuba possibilitou que os membros tanto da APE como da AMESP e o presidente desta se apoiassem nele para articular os interesses da maricultura local. Este processo de personalização da luta pelos interesses do setor pode prejudicar a atividade, já que os demais membros não se sentem capazes, motivados e necessários para as conquistas, reduzindo, portanto, seu engajamento.

Tonella (2006) apresenta que os membros da sociedade civil escolhem como seus porta-vozes aqueles indivíduos mais bem preparados a fim de que possam desempenhar adequadamente as suas atividades nos Conselhos. Porém, este trabalho traz a reflexão de que isto poderia gerar um ciclo vicioso que acabaria por manter os considerados mal preparados eternamente fora do processo participativo. Sendo assim, torna-se necessário um processo de fortalecimento desses maricultores para cultivar uma cultura de pró-atividade da categoria.

Uma confusão muito presente entre os maricultores associados é a diferença entre presidente e representante. Existe uma associação direta por parte dos entrevistados de que o representante é o presidente da associação. Seria interessante incentivar essa dissociação para não sobrecarregar o presidente, que reconhecidamente possui muitas tarefas, mas também para despersonalizar e pedagogicamente incentivar maior participação dos outros maricultores nas deliberações da atividade.

Nas três associações analisadas os membros apontaram um processo induzido de voluntariado para escolha dos representantes ou presidentes, em decorrência da falta de pessoas que disputariam estes cargos. Vaz (2011) chama a atenção para a necessidade do reconhecimento da diversidade entre os participantes no que diz respeito a recursos, como a capacidade comunicativa e o conhecimento técnico para a compreensão de determinados objetos de debate, que podem ser vistos pelos participantes como necessários à liderança. Porém, características como essas podem ser desenvolvidas pelos associados, já que não se trata de um dom e sim uma prática. A disputa interna pela presidência e pela representação seria enriquecedora para as associações e, conseqüentemente, para o setor.

Alguns maricultores da MAPEC apontaram que a diretoria da associação é composta por membros da mesma família. A maricultura do Litoral Norte de São Paulo é uma atividade de complementação de renda, na maioria das vezes praticada por pescadores artesanais e possui um caráter familiar. Sendo assim, não é surpreendente que alguns membros de associações sejam da mesma família. Porém, manter a associação composta por uma diretoria da mesma família pode ser prejudicial para a atividade. Não se pode assumir esta postura diante do que ocorre com a MAPEC a partir somente deste estudo, demandando, portanto, mais informações.

A maioria dos maricultores entrevistados não sabe o que é discutido nos Conselhos e alguns nem sabem de quais Conselhos a associação faz parte. Isto é uma falha grave para a atividade, já que são nesses conselhos que os maricultores podem participar das deliberações sobre a atividade na região. E muitas vezes é nestes Conselhos a única oportunidade de contato direto com os tomadores de decisão.

No caso da MAPEC, seu presidente e representante, é também membro ativo da Colônia de Pescadores, assim como alguns de seus associados, o que, a princípio, pode gerar uma confusão sobre que interesse está sendo defendido nos fóruns. Como dito anteriormente, a maior parte dos maricultores foi ou é pescador, logo defender a atividade de pesca também lhes interessa. Porém, existem interesses que podem ser conflitantes, como no caso de roubo de mexilhão que os maricultores acreditam ser praticados por pescadores da região (Montagner, 2009). Seria interessante separar a representação da MAPEC da representação da Colônia de Pescadores Z8 nos Conselhos analisados, não só por questões conflitantes, mas também por reforçar a existência e a luta dos maricultores nesses fóruns.

No Conselho Municipal de Caraguatatuba, um dos assuntos mais discutidos durante o ano foi o SIM (Selo de Inspeção Sanitária Municipal). Este é um assunto recorrente como de extrema importância para a maricultura do Litoral Norte (Montagner, 2009). O fato de ter sido discutido neste Conselho demonstra um importante passo para os maricultores locais, porém as discussões não possuíram encaminhamentos e ficava a impressão de que o assunto ressurgia do zero nas reuniões seguintes. Este problema apareceu em outros fóruns também. Deste modo, se faz necessário o incentivo para que haja encaminhamentos de uma reunião para outra nesses Conselhos. O CT-Pesca da APAMLN pode ser um bom exemplo inicial, já que foi o único fórum que progredia de uma reunião para a outra sobre determinado assunto.

Em uma reunião do CM de Ubatuba, a representante da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento afirmou que 100% dos maricultores de Ubatuba são associados da AMESP. Este dado está equivocado, demonstrando a necessidade de uma maior interlocução entre a AMESP e esta Secretaria, a despeito de um funcionário desta ser membro da AMESP. Talvez se o representante da AMESP estivesse frequentando as reuniões deste Conselho poderia estar contribuindo para esta interlocução.

Temas como o SIM e a licença ambiental para os cultivos estiveram presentes no CM de Caraguatatuba e no CT-Pesca da APAMLN, respectivamente. Estes são dois assuntos de extrema importância para a maricultura do Litoral Norte, que já foram apresentados como os maiores entraves da atividade na região (Montagner, 2009). O que demonstra que, de alguma maneira, os maricultores estão caminhando para conquistas importantes.

O GERCO estava, na ocasião deste trabalho, revisando o ZEE, que ordena espacialmente as atividades realizadas na região costeira, incluindo a maricultura. O fato da AMESP não ter conseguido cadeira neste fórum é muito prejudicial e antidemocrático para a maricultura. É necessário repensar na gestão deste fórum a respeito do quanto participativo realmente se deseja ser. Outra questão é o fato de ter sido avisada a necessidade de representantes da AMESP no processo de decisão e esta ter sido convidada a participar do debate, mesmo sem direito a voto, e não ter comparecido. Esta discussão sobre o zoneamento atinge diretamente os maricultores e mesmo sem direito a voto, o fato de ter maricultores presentes nas discussões já demonstra articulação do setor e sua importância para as próximas nomeações de membros para este fórum.

6. Considerações finais

Apesar do caráter de complementação de renda da maricultura para a maioria de seus produtores do Litoral Norte de São Paulo, a atividade está se organizando e pleiteando participação nos processos decisórios pertinentes. Porém, a representação do setor e a participação de seus membros ainda estão incipientes.

Se considerarmos as duas maiores associações, a MAPEC e a AMESP, os representantes possuem sobreposição de cargos. Ambas apresentaram, nas palavras de seus membros e representantes, a ausência de pessoas com “disposição” para uma participação efetiva. “Disposição” essa que se mostrou diretamente relacionada à falta de tempo e, principalmente, de apoio financeiro.

No caso da MAPEC o presidente, que também faz parte da diretoria da Colônia de Pesca e que também é representante dessas instâncias no CG-APAMLN e no CM de Caraguatatuba, respectivamente, é aposentado e mais velho que os demais. O que o torna reconhecido pelos membros da Associação como uma pessoa com tempo para desprender nessas atividades de representação. Isto em detrimento dos demais, que não podem “perder” este tempo, já que precisam trabalhar para ganhar dinheiro.

No caso da AMESP, o membro que a representa no CG-APAMLN é também funcionário da Prefeitura para o fomento à maricultura, é também presidente da APE e representante desta no CM de Ubatuba. Deste modo, faz parte de seu trabalho, como funcionário da Prefeitura, acompanhar o andamento das discussões locais a respeito da atividade. E isto lhe permite institucionalmente mobilidade para ir às reuniões sem prejudicar sua renda, pelo contrário, é uma de suas atribuições.

Sendo assim, a hipótese testada neste trabalho, de que a representação está diretamente relacionada à importância da maricultura na vida do associado e do representante foi corroborada.

A paridade nos Conselhos entre os membros da sociedade civil e do poder público se apresenta meramente burocrática, já que na prática os representantes da sociedade civil se ausentaram muito mais do que os do poder público, tornando legítimas as decisões tomadas preponderantemente pelo poder público nessas instâncias. Os membros das associações apontam essas ausências da sociedade civil como reflexo da ocorrência dessas reuniões em horário comercial, não ter ajuda de custo para deslocamento e “perder” o dia de trabalho. Esses indicativos demonstram um papel importantíssimo na maneira como estão organizados os Conselhos para fomentar maior participação dos membros das associações nos processos decisórios, tanto para a participação como para a representação.

7. Bibliografia

- AFONSO, C.M., 1999. Uso e ocupação do solo na zona costeira de estado de São Paulo: Uma análise ambiental. São Paulo: Annablume. FAPESP.
- ARATO, A., 2002. Representação, soberania popular e accountability. Lua Nova, Cenários de Direitos, 55/56: 85-103.
- AVRITZER, L., 1994. Modelos de sociedade civil: uma análise específica do caso brasileiro. In Avritzer, L.(org.), Sociedade civil e democratização, Belo Horizonte: Del Rey, p. 271-308.
- BONI, V. & QUARESMA, S.J., 2005. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Revista eletrônica dos pós-graduandos em Sociologia Política da UFSC, v. 2, nº 1 (3), janeiro-julho, p. 68-80.
- BOSA, P., 2009. Análise da participação e atuação das associações de bairro no gerenciamento costeiro integrado: diagnóstico da participação social na malha territorial, Litoral Norte do Estado de São Paulo. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em Oceanografia Biológica, Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo.
- BRASIL, 1998. Avaliação das normas legais aplicáveis ao gerenciamento costeiro – aspectos ambientais: subsídios à tomada de decisões. Brasília: MMA: SIP; PNMA, 1998. 78p.
- CARDOSO, E.S., 2001. Pescadores artesanais: natureza, território, movimento social. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- CICIN-SAIN, B. & KNECHT, R., 1998. Integrated coastal and ocean management: concepts and practices. Washinton: Island Press, 543p.
- DAGNINO, E., 2004. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, D. (org.), *Políticas e ciudadanía y sociedad civil em tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, pp. 95-110.
- DEMO, P. 1989. Metodologia científica em ciências sociais, São Paulo, Atlas, 3ª ed.
- DIEGUES, A.C., 1999. A sócio-antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. Etnográfica, volume III, pp 361-375.

- DIEGUES, A.C., 2001. Ecologia humana e planejamento em áreas costeiras. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 225p.
- DIEGUES, A.C., 2004. A mudança como modelo cultural: o caso da cultura caiçara e a urbanização. Enciclopédia Caiçara, Volume I: O Olhar do Pesquisador. São Paulo: Hucitec. NUPAUB-USP.
- DIEGUES, A.C., 2006. Para uma aquíicultura sustentável do Brasil. Banco Mundial/FAO. NUPAUB-USP. Artigo nº3.
- DIEGUES, A.C., 2008. O mito moderno da natureza intocada. 6ª ed. São Paulo: Hucitec. NUPAUB-USP.
- DOIMO, A.M., 1995. A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Anpocs, 356p.
- ECOASSOCIAÇÃO, 2012. Projeto Vieiras. Disponível em: <http://www.ecoassociacao.org.br/>. Acesso em 30/01/2012.
- FAGUNDES, L.; GELLI, V.C.; OTANI, M.N.; VICENTE, M.C.M. & FREDO, C.E., 2004. Perfil sócio-econômico dos mitilicultores do litoral paulista. Informações econômicas, São Paulo, v. 34, nº 5, maio.
- FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations), 1991. Development of coastal areas and enclosed seas. UN Conference on Environment and Development Research Paper nº 4. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations.
- FREITAS, J.S., 2007. Identificação dos atores sociais, dos usos e dos conflitos na praia da Cocanha, Caraguatatuba, Litoral Norte de São Paulo. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Graduação em Oceanografia, Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo.
- GESAMP (The joint group of experts on the scientific aspects of marine environmental protection), 1996. The contributions of science to integrated coastal management. GESAMP reports and Studies, nº 61. Roma, GESAMP, 65p.
- GURZA-LAVALLE, A., ACHARYA, A. & HOUTZAGER, P., 2005a. Beyond comparative anecdotalism: lesson on civil society and participation from São Paulo, Brazil. Brighton: IDS (Institute of Developmental Studies), World Development, 33(6), 951-964.

- GURZA-LAVALLE, A. HOUTZAGER, P. & CASTELLO, G., 2005b. In whose name? Political representation and civil organizations in Brazil. Working Paper 249. Brighton: IDS (Institute of Developmental Studies), University of Sussex, 62p.
- GURZA-LAVALLE, A., HOUTZAGER, P. & CASTELLO, G., 2006a. Representação política e organizações civis – novas instâncias de mediação e os desafios da legitimidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 21 (60): 43-66.
- GURZA-LAVALLE, A. CASTELLO, G., BICHR, R., 2006b. Os Bastidores da Sociedade Civil. Protagonismos, Redes e Afinidades no seio das Organizações Civis. Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – Cebrap. Working Paper.
- HOUTZAGER, P., GURZA-LAVALLE, A. & ACHARYA, A., 2004. Atores da sociedade civil e atores políticos: participação nas novas políticas democráticas em São Paulo. In Leonardo Avritzer (org.) *Participação política em São Paulo*, São Paulo: UNESP, p. 257-322.
- IBAMA, 2005. Estatística da aqüicultura e pesca no Brasil – ano 2005. Ministério da Pesca e Aqüicultura.
- IOC (International Oceanographic Commission), 1994. Annual Report 1994. IOC/UNESCO, Annual Report Series n° 1, 77p.
- IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change), 1992. Global climate change and rising challenge of the sea. Report of the Coastal Zone Management Subgroup, Response Strategies Working Group, March. The Hague, The Netherlands: Ministry of Transport, Public Works, and Water Management.
- IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas), 2000. Diagnóstico da situação atual dos recursos hídricos do Litoral Norte - UGRHI-03. FEHIDRO/SP. Relatório Técnico – Relatório Zero n. 46.172 e 49.963.
- IUCN (World Conservation Union), 1993. The National Environment Strategy Fiji. Gland, Switzerland: World Conservation Union.
- JACOBI, P., 2003. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. *Cadernos de Pesquisa*. 118: 189-205.
- LASWELL, H.D., 1936. *Politics: Who Gets What, When, How*. Cleveland, Meridian Books.
- MARRONI, E.V. & ASMUS, M.L., 2005. Gerenciamento Costeiro: uma proposta para o fortalecimento comunitário na gestão ambiental. Pelotas: Ed. USEB.

- MARTINS, G.A., 1994. Metodologias convencionais e não-convencionais e a pesquisa em Administração. Cadernos de Pesquisas e Administração, São Paulo: FEA/USP, 00, p. 2-6, jul./dez.
- MATTAR, F. N., 1994. Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento, execução e análise 2º ed. São Paulo: Atlas, 2(2).
- MONTAGNER, N.C., 2009. A mitilicultura sob a perspectiva dos produtores: um estudo de caso na Praia da Cocanha, Litoral Norte de São Paulo. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Graduação em Oceanografia, Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo.
- MORAES, S.C., 2001. Colônia de pescadores e a luta pela cidadania. Em: <http://sindicalismo.pessoal.bridge.com.br/SergioCarSbs2001.rtf>.
- MORIN, E., 2007. Ciência com consciência. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 350p.
- OECD (Organization for Economic Co-operation and Development), 1991. Report on CZM: Integrated Policies and Draft Recommendation of the Council of Integrated Coastal Management. Washington, D.C.: Organization for Economic Co-operation and Development.
- OLIVEIRA, G.F., 2007. Análise da estrutura e do funcionamento das associações de moradores de bairros do município de Ubatuba, Estado de São Paulo, Brasil. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Graduação em Oceanografia, Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo.
- OLSEN, S.; LOWRY, K. & TOBEY, J., 1999. A Manual for assessing progress in Coastal Management Report # 2211. The University of Rhode Island. CRC. 68p.
- PEREIRA, O.M.; GELLI, V.C.; HENRIQUES, M.B.; MACHADO, I.C. & BASTOS, A.A., 2000. Programa de desenvolvimento da criação ordenada de moluscos bivalves no estado de São Paulo. São Paulo: SAA/APTA/IP.
- PINCINATO, R.B.M., 2007. Análise dos temas estratégicos e prioritários da Agenda 21: contribuição para o gerenciamento integrado do Litoral Norte paulista. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Graduação em Oceanografia, Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo.
- POLETTE, M. & SILVA, L.P., 2003. GESAMP, ICAM e PNGC - Análise comparativa entre as metodologias de gerenciamento costeiro integrado. São Paulo: Ciência e Cultura, 55 (4): 27-31.

- RODRIGUES, A.M.T., 2003. A Gestão Ambiental e a Zona Costeira: como operar nesta área complexa, onde se sobrepõem tantos usos e conflitos? Itajaí: Contrapontos 3(1): 97–101.
- SÃO PAULO (Estado), 2005. Litoral Norte. Secretaria do Meio Ambiente, Coordenadoria de Planejamento Ambiental Estratégico e Educação Ambiental. São Paulo: SMA/CPLEA.
- SOUZA, C., 2006. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, p.20-45.
- SOUZA, M.P.R., 2007. Análise da atuação de ONGs socioambientalistas no Litoral Norte de São Paulo. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Graduação em Ciências Biológicas, Universidade Estadual Paulista, Campus de São Vicente.
- TONELLA, C., 2006. Poder local e políticas públicas: o papel dos conselhos gestores. Maringá, PR: Eduem.
- UNEP (United Nations Environment Programme), 1995a.. UNEP Regional Seas Report and Studies nº 161. Nairobi, Kenya: United Nations Environment Programme, 67p.
- VAZ, A.C.N., 2011. Da participação à qualidade da deliberação em fóruns públicos: o itinerário da literatura sobre conselhos no Brasil. In: PIRES, R.R. (org) Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação. Brasília: Ipea, v. 7, 372 p.
- VOIVODIC, R.A.A., 2007. Gestão Ambiental e Gerenciamento Costeiro Integrado no Brasil: uma análise do Projeto Orla em Cabo Frio – RJ. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- WCC (World Coast Conference), 1994. Preparing to Meet the Coastal Challenges of the 21st Century: Report of the World Conference 1993. November 1-5, Noordwijk, Netherlands. The Hague: Ministry of Transport, Public Works, and Water Management, National Institute for Coastal and Marine Management, Coastal Zone Management Centre, 59p.
- WORLD BANK, 1993. The World Bank Noordwijk Guidelines for integrated coastal zone management. Paper presented at the World Coast Conference, 1-5 November 1993, Noordwijk, The Netherlands. Washington, DC, World Bank, Environmental Department, 21p.

YKUTA, C. 2009. Análise do papel dos conselhos gestores ambientais na discussão, formulação e fiscalização das políticas públicas: suporte para o desenvolvimento sustentável local do Litoral Norte do Estado de São Paulo. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Graduação em Oceanografia, Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo.

8. Anexos

8.1 Anexo 1: Roteiro de Entrevista com o presidente da MAPEC

Roteiro de Entrevista com o presidente da Associação de Pescadores e Maricultores da Praia da Cocanha (MAPEC), representante da Colônia de Pesca Z8 (maricultura) no Conselho Municipal (CM) de Caraguatatuba e da MAPEC no Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Norte (CG-APAMLN):

1. Você é maricultor ali da Praia da Cocanha, né?! Qual a importância da sua atividade como maricultor pra sua vida? (resposta abordando aspectos econômicos e/ou culturais)
2. Há quanto tempo você é maricultor?
3. Nos encontramos sempre em alguns fóruns. Na sua opinião, qual é a função de um representante ?
4. Vamos falar inicialmente sobre o CM de Caraguatatuba. Que entidade você representa neste fórum? (Colônia)
5. Mas você está representando os pescadores ou os maricultores? (visto que a Colônia tem outra cadeira no mesmo Conselho)
6. Por que a Colônia e não a MAPEC?
7. Como você foi escolhido para ser o representante da Colônia?
8. Considerando os outros membros da associação, você acha que no momento você é a melhor opção para este cargo?
9. Como você faz a interlocução entre o CM e a associação/colônia? Como você leva informação do CM pra associação e da associação pro CM?
10. Você acha que este sistema está funcionando?
11. Agora sobre o CG-APAMLN. Que entidade você representa neste fórum? (MAPEC)
12. Como você foi escolhido para ser o representante desta associação?
13. Considerando os outros membros da associação, você acha que no momento você é a melhor opção para este cargo?
14. Como você faz a interlocução entre o CG e a associação? Como você leva informação do CG pra associação e da associação pro CG?

15. Você acha que este sistema esta funcionando?
16. Você é representante de diferentes entidades do setor da maricultura em diferentes fóruns. Você vê isso como um ponto bom ou ruim pra atividade? Quais são as vantagens ou desvantagens disso?

8.2 Anexo 2: Roteiro de Entrevista com o presidente da APE

Roteiro de Entrevista com o presidente da Associação dos Pescadores da Enseada (APE), representante desta no Conselho Municipal (CM) de Ubatuba e da Associação dos Maricultores do Estado de São Paulo (AMESP) no Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Norte (CG-APAMLN):

1. Você é maricultor ali da Praia da Enseada, né?! Qual a importância da sua atividade como maricultor pra sua vida? (resposta abordando aspectos econômicos e/ou culturais)
2. Há quanto tempo você é maricultor?
3. Nos encontramos sempre em alguns fóruns. Na sua opinião, qual é a função de um representante ?
4. Vamos falar inicialmente sobre o CM de Ubatuba. Que entidade você representa neste fórum? (APE)
5. Como você foi escolhido para ser o representante desta associação?
6. Considerando os outros membros da associação, você acha que no momento você é a melhor opção para este cargo?
7. Como você faz a interlocução entre o CM e a associação? Como você leva informação do CM pra associação e da associação pro CM? Você acha que este sistema esta funcionando?
8. Agora sobre o CG da APA LN. Que entidade você representa neste fórum? (AMESP)
9. Como você foi escolhido para ser o representante desta associação?
10. Considerando os outros membros da associação, você acha que no momento você é a melhor opção para este cargo?
11. Como você faz a interlocução entre o CG e a associação? Como você leva informação do CG pra associação e da associação pro CG? Você acha que este sistema esta funcionando?
12. Você é representante de diferentes entidades do setor da maricultura em diferentes fóruns. Você vê isso como um ponto bom ou ruim pra atividade? Quais são as vantagens ou desvantagens disso?

13. Você trabalha na Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Desenvolvimento, qual é o seu cargo lá? Você acha que o fato de você trabalhar para o setor público e representar a sociedade civil influencia sua representação?

8.3 Anexo 3: Roteiro de Entrevista com os Representados

Roteiro de Entrevista com os Representados

Nome

Idade

Profissão

1. Local/ Vila?
 2. Há quanto tempo você é maricultor?
 3. Qual a importância da maricultura na sua vida? (aspectos econômicos e culturais)
 4. Você participa ou é vinculado a alguma associação de maricultura? (AMESP e/ou MAPEC/APE) (repetir as questões abaixo para cada associação)
 5. Esse ano você foi em quantas reuniões da associação? Você gostaria de ter ido mais ou menos vezes, ou está satisfeito com essa participação? Por quê?
 6. Como e onde as discussões são feitas?
 7. Com que antecedência você fica sabendo das reuniões? E do que vai ser discutido, pauta, nas reuniões?
 8. Como fica sabendo das coisas discutidas na associação?
 9. A sua associação tem cadeira em alguns conselhos aqui na região? Você sabe em quais?
 10. Você sabe quem é o representante da sua associação em cada conselho (APA/Municipal)?
 11. Você se lembra como foi escolhido este representante?
 12. Você fica sabendo o que foi ou será discutido nesses conselhos? Como se dá este acesso a informação?
 13. Você está satisfeito com a representação da sua associação nos conselhos?
 14. O que pode ser feito para melhorar?
 15. Você é associado da AMESP?
- Se sim, repetir as questões de 5 a 14.

8.4 Anexo 4: Diário das Entrevistas

Diário das Entrevistas

Utilizei a lista de membros cedida pela AMESP como guia para minhas entrevistas. Os presidentes da APE e da MAPEC confirmaram que seus membros ativos estão contemplados nesta lista.

11/12/2010

→ Camburi

AMESP = 1 maricultora. Falei com a ex-cunhada, que disse que ela separou do marido e se mudou para Paraty há um ano. A ressaca levou o marisco e eles estão esperando o Hélivio (prefeitura) voltar para fazer de novo, ta sem nada.

→ Picinguaba

Falei com o Ricardo (Ecoassociação) e outros pescadores, na praia. O único que cultivava mexilhão lá é o pipoca, na Ilha das Couves. Dos dez que estavam na lista da AMESP, eles identificaram quatro que produzem vieira, mas disseram que não fazem parte da AMESP.

→ Almada

AMESP = 3 maricultores, confirmados. Nesse dia consegui falar com o Edinho e com o Fabrício.

→ Ubatumirim

AMESP = 3 maricultores, porem apenas o João, com quem falei, está na ativa. Os outros dois ajudavam ele no mesmo cultivo, mas não o fazem mais.

→ Barra Seca

AMESP = 2 maricultores, Seu Gino e o filho. Neste dia falei com o Seu Gino.

12/11/2010

→ Centro (Itaguá)

AMESP = 4 maricultores. Por não ser vila procurei somente na costeira do cultivo, não tinha ninguém.

→ Enseada

AMESP = 7 maricultores, confirmados pelo Peter. Três não moram lá. Consegui falar com três.

→ Lázaro

AMESP = 1 maricultor, confirmado e entrevistado.

→ Fortaleza

AMESP = 1 maricultor, confirmado e entrevistado.

13/12/2010

→ Cocanha

AMESP = 15 maricultores, confirmei oito. Falei com quatro na praia e três na Colônia, faltou o Caroba. A diferença de um maricultor a mais no meu TCC é porque o Homero foi pro Japão.

14/12/2010

Chuva intensa.

→ Boiçucanga

O Hilton não estava em casa e eu não tinha o endereço do José.

15/12/2010

Chuva

→ Prainha do Bonete

AMESP = 5 maricultores. Um faleceu, dois não moram lá e os outros dois moram. Falei com a esposa de um dos que moram lá e eles estava trabalhando na cidade e só volta para casa de noite.

→ Bonete

AMESP = 5 maricultores. Um não produz mais, um mora na lagoinha e dois não estavam (inclusive o Ingo), consegui falar com um.

16/12/2010

→ Boiçucanga

AMESP = 2 maricultores, confirmados e entrevistados.

17/12/2010

→ Almada

Voltei e entrevistei o Renato.

→ Leo

AMESP = 1 maricultor. Não encontrei ninguém.

→ Barra Seca

Voltei para falar com o filho do Seu Gino, mas ele não estava.

18/12/2010

→ Pulso

AMESP = 3 maricultores. Consegui falar com a Maria, os outros dois, que são irmãos, não estavam.

→ Caçandoca

AMESP = 1 maricultor. Não encontrei ninguém.

Observação: da lista da AMESP não fui à Ilha da Maranduba (2 maricultores), à Ilha do Mar Virado (3 maricultores) e à Ilhabela (5 maricultores) devido à dificuldade de acesso. Também não fui ao Cedro por ter estado recentemente naquela praia e saber que não há nem cultivo, nem morador lá, atualmente.

8.5 Anexo 5: Lista de Membros cedida pela AMESP

Nome/Local	Nº de maricultores
PULSO – UBATUBA	
Maria Gabriel do Prado	3
Sebastião Antunes de Sá	
Antonio Antunes de Sá	
ILHA DA MARANDUBA – UBATUBA	
Vitória Auxiliadora Ferreira de Sá	2
Mateus Quintino dos Santos	
CAÇANDOCA – UBATUBA	
Responsável Técnico: Peter N. Santos	1
PRAINHA DO BONETE – UBATUBA	
Ivanil Constantino de Oliveira	5
Luciano Lopes	
Evaldo Lacerda Faria	
Samuel Alves de Oliveira	
Cláudio Batista de Oliveira	
BONETE – UBATUBA	
Benedito Ramos dos Santos	5
Ingo Miethke	
Lucelino Adelino dos Santos	
Marcelo de Jesus	
Rogério Stojanov Bueno	
ILHA DO MAR VIRADO – UBATUBA	
Messias Maniero Navarro	3
Lucas da Castro Navarro	
Cassiano de Castro Amalfi Sicchi	
FORTALEZA – UBATUBA	
Helder Marques	1
LÁZARO – UBATUBA	
Fabio Antonio Ferreira de Oliveira	1
ENSEADA – UBATUBA	

Responsável Técnico: Peter N. Santos	7
CEDRO – UBATUBA	
Angelo Carpinetti Neto	1
CENTRO – UBATUBA	
Alexandre Baldassin Gomes Novais	4
Rafael Zutin Gasparotto	
Marcelo Alves da Silva	
Francisco Eduardo Baldassin Gomes Novais	
PRAIA DO LEO – UBATUBA	
Mário Assumpção Junior	1
BARRA SECA – UBATUBA	
Responsável Técnico: Peter N. Santos	2
ALMADA – UBATUBA	
Responsável Técnico: Peter N. Santos	3
UBATUMIRIM – UBATUBA	
Fábio Rodrigues Pereira	3
Ricardo Gonzaga (Facão)	
João dos Santos	
PICINGUABA – UBATUBA	
Eulles Costa Feijó	10
Rosemar Castro de Paula	
Sergio Castro dos Santos	
Jonas Pedro Anselmo Sbarro	
Ezequias Castro de Paula	
Josenir Gonçalo dos Santos	
Everson Cardoso	
Célia Regina Castro da S. Paula	
Odair Soares de Abreu	
Oswaldo Amâncio de Paula Neto	
CAMBURI – UBATUBA	
Ivani Maria de Assis	1
ILHABELA	
Angélica de Souza	5

Almir Rafael de Souza	
Marcelino de Souza	
Pedro Antonio dos Santos	
AMOR – CASTELHANOS*	
*Associação dos Moradores e Pescadores Artesanais das Comunidades Tradicionais dos Castelhanos	
COCANHA – CARAGUATATUBA	
Emerson Rogério França	15
Edgar França	
José Luiz Alves	
Juliano de Matos Alves	
Julio Cesar Alves	
José Seiki Osera	
Homero Masashi Osera	
Orlando do Nascimento	
Edemilson Ranulpho	
José Roberto Carlota	
Tirso da Rocha Neves	
Marcelo Bueno Brandão	
Álvaro Amaro Sanches	
Edles Estevam de Matos	
Laura Ioko Minato	
BOIÇUCANGA - SÃO SEBASTIÃO	
Hilton Romano	2
José de Souza Gomes Junior	
TOTAL DE MARICULTORES CONHECIDOS	75

8.6 Anexo 6: Entrevista com o presidente da MAPEC, representante desta associação no CG-APAMLN e representante da Colônia de Pesca Z8 no CM de Caraguatatuba.

Entrevista com o presidente da MAPEC. Representante da Colônia de Pesca Z8 (maricultura) no CM de Caraguatatuba e da MAPEC no CG-APAMLN.

Pesquisadora: Qual a sua idade?

Presidente MAPEC: 61 anos

Pesquisadora: E profissão?

Presidente MAPEC: Aposentado.

Pesquisadora: Você é maricultor ali da praia da Cocanha, né!? Qual a importância da sua atividade como maricultor pra sua vida?

Presidente MAPEC: Complementa a pesca, né!?

Pesquisadora: Há quanto tempo você é maricultor?

Presidente MAPEC: Mais de 20 anos.

Pesquisadora: Nos encontramos sempre em alguns fóruns. Na sua opinião, qual é a função de um representante?

Presidente MAPEC: É muita responsabilidade, né!? Tem que engolir muita coisa, né!? Tem que ter, assim, a cabeça bem fria, né!?

Pesquisadora: Vamos falar inicialmente sobre o Conselho Municipal de Caraguatatuba. Que entidade você representa neste fórum?

Presidente MAPEC: A maricultura

Pesquisadora: Mas você representa a MAPEC ou a Colônia?

Presidente MAPEC: Os dois, eu to ligado aos dois, né!?

Pesquisadora: Mas você está representando os pescadores ou os maricultores?

Presidente MAPEC: Maricultura.

Pesquisadora: Por que a Colônia e não a MAPEC?

Presidente MAPEC: Tem outros que representam a maricultura, né!? No caso lá seria o [nome de um membro da MAPEC], ele representa a maricultura.

Pesquisadora: Mas ele não tem cadeira lá, tem?

Presidente MAPEC: Ele é suplente. Não, agora não é ele mais, é o [nome de um membro da MAPEC].

Pesquisadora: Como você foi escolhido para ser representante da colônia?

Presidente MAPEC: Através de uma votação, né!?

Pesquisadora: Considerando os outros membros da associação, você considera que outros tenham o perfil para ser o representante da maricultura?

Presidente MAPEC: Poderia, tem muita gente lá que poderia ser representante e ia se dar muito bem. Só que tem que ter vontade, né!? Vontade e tempo, né!?

Pesquisadora: Você gostaria que fosse outra pessoa?

Presidente MAPEC: Gostaria que fosse outro. Eu gostaria que fosse outro pra não ficar sempre a mesma pessoa.

Pesquisadora: Faz tempo que é você que vai?

Presidente MAPEC: Faz uns 10 anos, já.

Pesquisadora: Como você faz a interlocução entre o Conselho Municipal e a associação/colônia?

Presidente MAPEC: Tudo que é importante lá, eu passo em reunião pros pescadores e quando tem alguma coisa da reunião da MAPEC, eu passo pro Conselho também.

Pesquisadora: Do Conselho Municipal pros maricultores, é mais na reunião ou na conversa do dia-a-dia?

Presidente MAPEC: Na reunião e na conversa do dia-a-dia também. Eu acho que a conversa é a maior troca de informação.

Pesquisadora: Você acha que este sistema está funcionando?

Presidente MAPEC: Funciona, porque a gente ta sempre se encontrando. Ta todo mundo no mesmo local lá, né!?

Pesquisadora: Agora sobre o CG-APAMLN? Que entidade você representa neste fórum?

Presidente MAPEC: A MAPEC, a Colônia também, os dois, né!?

Pesquisadora: Como você foi escolhido para ser representante desta associação?

Presidente MAPEC: Foi na conversa entre nós nas reuniões. A gente indica alguém pra ir, e esse alguém é sempre eu, né!?

Pesquisadora: Considerando os outros membros da associação, você considera que outros tenham o perfil para ser o representante da MAPEC?

Presidente MAPEC: Poderia ser outro também.

Pesquisadora: Você gostaria que fosse outra pessoa?

Presidente MAPEC: Gostaria, assim, que fosse várias pessoas, né!? Não um só, né!? Varias.

Pesquisadora: Como você faz a interlocução entre o CG-APAMLN e a associação?

Presidente MAPEC: Nas conversas do dia-a-dia e nas reuniões também, aqui na colônia também. A gente sempre conversa, né!?"

Pesquisadora: Quais as dificuldades que você sente em representar o setor?

Presidente MAPEC: A dificuldade às vezes é, dependendo do lugar que a gente tem que ir, é condução, né!? Nem sempre tem condução disponível.

Pesquisadora: O que você acha que pode ser feito para melhorar?

Presidente MAPEC: Mais participação dos pescadores e maricultores, que precisa, né!? Na reunião, porque vai muito pouca gente, né!?"

Pesquisadora: Você é representante de diferentes entidades do setor da maricultura em diferentes fóruns. Você vê isso como um ponto bom ou ruim para a atividade?

Presidente MAPEC: Bom. Você fica mais esclarecido, né!? Fica mais atento também.

[Ao término da entrevista ele estava explicando que a maioria dos membros faz parte da colônia e por isso algumas reuniões são na colônia, porque a diretoria faz parte da colônia]

8.7 Anexo 7: Entrevista com o presidente da APE e membro da AMESP, representante da APE no CM de Ubatuba e da AMESP no CG-APAMLN.

Entrevista com o presidente da APE, membro da AMESP. Representante da APE no CM e da AMESP no CG da APA

Pesquisadora: Qual a sua idade?

Presidente APE: 38 anos

Pesquisadora: E profissão?

Presidente APE: Comunicador social e maricultor

Pesquisadora: Você é maricultor aqui da praia da Enseada, né!? Qual a importância da sua atividade como maricultor para a sua vida?

Presidente APE: Depende de que termos você tá perguntando. Se em termos financeiros, se em termos de vida. Uma coisa faz parte da outra. É o que eu vivo, é do que eu vivo. Do que eu já vivi mais, né!? Porque agora eu tô trabalhando na prefeitura, isso toma bastante meu tempo. Mas não deixa de ser maricultura. Tô tentando ajudar o município. E estilo de vida.

Pesquisadora: Há quanto tempo você é maricultor?

Presidente APE: Vai fazer 8 anos.

Pesquisadora: Nos encontramos sempre em alguns fóruns. Na sua opinião, qual é a função de um representante?

Presidente APE: Você busca informação, leva informação, traz informação, troca informação, ajuda a classe. É uma troca.

Pesquisadora: Vamos falar inicialmente sobre o CM de Ubatuba. Que entidade você representa neste fórum?

Presidente APE: Represento a nossa associação aqui (APE).

Pesquisadora: Como você foi escolhido para ser o representante desta associação?

Presidente APE: A gente avisou o pessoal que ia ter esse conselho. Aí fez uma reunião. E aí a gente... Bom, vai ter, vamos participar? Vamos. Tudo aqui é decidido em reunião. Não faz nada sem consulta. Às vezes até a gente perde algumas coisas porque não dá tempo de se reunir.

Pesquisadora: E aí vocês fizeram uma eleição pra escolher você como representante?

Presidente APE: Não, eleição não. Porque o pessoal aqui não tem condição de entendimento, eles não gostam de participar. Caiçara não gosta de sair pra reunião. Não vai mesmo, não adianta você forçar que ele não vai. A maioria, né!? 90% Então, tudo eles querem que eu faça, que eu vá lá, que eu brigue. Porque eles têm confiança em mim, sabem que eu não sou traíra. Então, eles têm confiança em mim.

Pesquisadora: Então, você se voluntariou?

Presidente APE: Eu e o [nome de um membro da APE], né!? Porque tem um nível de cultura melhor. Quando tem alguma coisa que precisa decidir, aí sim, a gente consulta. Só que aqui o caiçara é uma coisa, na cidade já é outra, numa reunião já é outra. Fica nervoso, não fala. Ou às vezes fala e não entende, aí briga. Aqui eu pergunto: O que vocês acham? Ah, eu acho isso. Então, eu vou lá e vou fazer isso. É assim que a gente faz.

Pesquisadora: Considerando os outros membros da associação, você considera que outros tenham o perfil pra ser representante da APE?

Presidente APE: É o [nome de um membro da APE] teria. Mas o resto não gosta de ir.

Pesquisadora: Você gostaria que fosse outra pessoa, o [nome citado anteriormente], por exemplo?

PSN: No conselho, a gente vai sair do conselho municipal. A gente tá com muito fórum mais importante. Conselho municipal a gente vai sair ano que vem. Vai fazer um ofício, a gente vai sair fora.

Pesquisadora: Como você faz a interlocução entre o CM e a associação?

Presidente APE: Então, é que aqui o pessoal, um já foi pescar o outro já foi almoçar. Mas a gente fica todo dia aqui. Então, é assim que a gente trás informação. A nossa associação nada mais é do que a gente pois um CNPJ no pessoal que fica conversando aqui. Então, a gente botou um CNPJ numa turma que se reuni todo dia. A gente ta todo dia conversando de pesca, conversando o que tá certo, o que tá errado, o que que deve ser, como melhorar.

Pesquisadora: Então, vocês não chamam reunião?

Presidente APE: Quando a gente precisa que conste em ata, aí é oficial. Aí fala: Oh, essa semana a gente vai fazer uma reunião. Aí avisa todo mundo. Aí aparece todo mundo. Eu tiro foto. Tem foto, tem ata de reunião, tem tudo. Aí a gente decide oficialmente, que se acontecer alguma coisa: Oh, tá em ata o que a gente decidiu, a foto da reunião ta aqui e ta tudo certinho.

Pesquisadora: E, quando você chama as reuniões, é com que antecedência?

Presidente APE: A gente tem antecedência no estatuto, mas como a gente ta sempre, e é fácil aqui, tem dia que a gente de véspera. O pessoal liga: Oh, vai vim ali no Joí se reunir. A gente consegue de um dia pro outro. Então, tem aquela exigência do estatuto, regimento interno, sei lá. Mas, uma semana geralmente. Não tem esse negócio de dez, quinze, vinte dias.

Pesquisadora: Você acha que este sistema está funcionando?

Presidente APE: Lógico, porque é constante.

Pesquisadora: Agora sobre o CG-APAMLN. Que entidade você representa?

Presidente APE: AMESP.

Pesquisadora: Como você foi escolhido para ser o representante desta associação?

Presidente APE: Teve a chamada, aí o [nome do Presidente da AMESP] não se manifestou, não se manifestou, não se manifestou. Aí a gente achou importante. Aí eu liguei pra ele, pressionei nos últimos dias, tal. Aí a gente levou isso pra reunião. Uma das reuniões, não lembro qual. A gente levou umas duas vezes pra reunião. Aí acabou dele mandando por e-mail o ofício da AMESP e quem assinou foi o [nome de um membro da AMESP] na época. Porque não tinha outro representante pra assinar. Aí assinou o [nome de um membro da AMESP] que era o tesoureiro. Ele assinou o ofício no lugar do [nome do Presidente da AMESP]. Mas o [nome do Presidente da AMESP] que escreveu, que enviou, ele estava na Bahia parece. E aí foi assim.

Pesquisadora: Mas teve eleição pra escolher você, ou você também se voluntariou?

Presidente APE: Eu me voluntariei explicando na reunião. Acho que não deu tempo, acabou deixando pro último dia e como era importante ter uma cadeira da maricultura. A gente chamou o [nome do Presidente da MAPEC]. Eu avisei o [nome do Presidente da MAPEC], falei: Oh [nome do Presidente da MAPEC], vamos pra lá porque vamos se juntar. Se a gente não conseguir pela AMESP, você vai pela MAPEC. E aí foi assim.

Pesquisadora: Considerando os outros membros da associação, você considera que outros tenham o perfil pra ser representante da AMESP?

Presidente APE: Ah, teria, claro. O próprio [nome do Presidente da AMESP].

Pesquisadora: Você gostaria que fosse outra pessoa, o [nome do Presidente da AMESP] por exemplo?

Presidente APE: Não, o [nome do Presidente da AMESP] é muito aéreo.

Pesquisadora: Você esta feliz em ser o representante?

Presidente APE: Nessa primeira vez eu tô feliz. Porque eu acho que representei bem, deixei bem claro a posição da maricultura. Consegui colocar em reuniões o que que a gente precisava. Cumpri, não faltei. Acho que eu faltei em duas ou três reuniões. Então, foi bem representado.

Pesquisadora: Como você faz a interlocução entre o CG-APAMLN e a associação?

Presidente APE: Levo em reuniões, as perguntas. A gente andou levando numas reuniões aí. Liga às vezes, porque na prefeitura a gente tem a facilidade de ter acesso a telefone. Então, aviso quando tem alguma coisa importante.

Pesquisadora: Você acha que este sistema está funcionando?

Presidente APE: Não, na AMESP não ta funcionando.

Pesquisadora: E por que você acha que não ta funcionando?

Presidente APE: Porque quem tá na presidência não tá com interesse. Tem que haver uma mudança aí, pra entrar uma pessoa que tem interesse de fazer as coisas.

Pesquisadora: Vocês recebem as pautas com antecedência?

Presidente APE: Não, é tudo desorganizado. Às vezes tem pauta, às vezes não tem. A ata anterior não é lida, não é aprovada. Então, quem tá na presidência há um bom tempo não tá fazendo as coisas do jeito que tem que ser. Tá muito complicado, muito confuso. Tem que cumprir o rito. Eu acho que é uma reunião, tem que cumprir o rito: Você tem que ler a ata anterior, tem que ser aprovada. Tem que ter isso, se não.

Pesquisadora: Quais as dificuldades que você sente em representar o setor?

Presidente APE: Não. Se você quer fazer, você faz. Se você não quer fazer, você acha dificuldades. Não tem transporte, não tem dinheiro pra comer. Isso aí é choradeira.

Pesquisadora: O que você acha que pode ser feito para melhorar?

Presidente APE: Olha, eu não acho falha na minha representação.

Pesquisadora: Mas, por exemplo, a AMESP você falou que não tá funcionando.

Presidente APE: Não tá funcionando porque quem dirige não quer que funcione, ou não tem interesse. Se a pessoa tem interesse ela faz. Assim como, nesse último ano quem fez a AMESP funcionar fui eu. Não sou presidente, não sou nada. Nem sei se eu sou da diretoria ainda, mas eu tive interesse de fazer funcionar, eu fiz. Mesmo sem ter essa obrigação, porque eu acho que é importante fazer funcionar.

Pesquisadora: Você é representante de diferentes entidades do setor da maricultura em diferentes fóruns. Você vê isso como um ponto bom ou ruim pra atividade?

Presidente APE: Não, porque o assunto é o mesmo.

Pesquisadora: Então, você acha que é uma coisa boa?

Presidente APE: É bom porque você pode usar os fóruns pra fortalecer as idéias. Então, você explica em um, leva pro outro e faz um intercambio entre os fóruns. Agora, a gente entrou também no da Ilha Anchieta. Na última reunião aí. Agora a APE tá no da Ilha Anchieta também. Então, é mais um, por isso que a gente vai sair do Conselho Municipal. Porque o Conselho não vira nada também, é muito político o negócio. Então, a gente tá partindo pra esses fóruns que realmente funciona, que faz as coisas acontecerem. Tem que focar no que funciona, o que não funciona não adianta.

Pesquisadora: Você trabalha na Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Desenvolvimento, qual é o seu cargo lá? Você acha que o fato de você trabalhar para o setor público e representar a sociedade civil influencia sua representação?

Presidente APE: Sou chefe do fomento à maricultura.

Pesquisadora: Você acha que o fato de você trabalhar para o setor público e representar a sociedade civil influencia sua representação?

Presidente APE: Não porque eu já era representante antes de entrar na prefeitura. O que eu fazia na sociedade civil que me deu gabarito pra eu entrar no setor publico. Então, dependendo da pessoa, se a pessoa tem responsabilidade eu acho que isso não é problema não.